

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	11
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	22

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	81
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	83
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	84
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	85

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.305
Preferenciais	42.183
Total	151.488
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/01/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/04/2011	Ordinária		0,02593
Reunião do Conselho de Administração	25/01/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/04/2011	Preferencial		0,02593
Reunião do Conselho de Administração	25/01/2011	Juros sobre Capital Próprio	02/05/2011	Ordinária		0,02593
Reunião do Conselho de Administração	25/01/2011	Juros sobre Capital Próprio	02/05/2011	Preferencial		0,02593
Reunião do Conselho de Administração	25/01/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/06/2011	Ordinária		0,02593
Reunião do Conselho de Administração	25/01/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/06/2011	Preferencial		0,02593
Assembleia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	01/06/2011	Ordinária		0,00287
Assembleia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	01/06/2011	Preferencial		0,00287

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	9.469.035	9.405.724
1.01	Ativo Circulante	6.115.741	5.954.407
1.01.01	Disponibilidades	124.807	120.481
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.992.948	3.010.264
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	2.982.400	2.992.866
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.548	17.398
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	526.143	534.735
1.01.03.01	Carteira Própria	477.661	434.957
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	46.430	97.823
1.01.03.03	Vinculados a Prestação de Garantia	1.614	1.529
1.01.03.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	438	426
1.01.04	Relações Interfinanceiras	516.575	479.242
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	41.392	372
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	471.311	475.385
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	83	0
1.01.04.04	Correspondentes	3.789	3.485
1.01.05	Relações Interdependências	2	0
1.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	1	0
1.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	1	0
1.01.06	Operações de Crédito	1.501.916	1.425.484
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Privado	1.612.963	1.543.425
1.01.06.02	(Provisão para Perdas de Operações de Crédito)	-111.047	-117.941
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	53.047	5.879
1.01.07.01	Operações de Arrendamento a Receber - Setor Privado	56.648	9.702
1.01.07.02	(Provisão para Perdas Arrendamento Mercantil)	-3.601	-3.823
1.01.08	Outros Créditos	367.173	355.368
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	190.148	196.550
1.01.08.02	Rendas a Receber	12.327	63.098
1.01.08.03	Diversos	186.501	121.782
1.01.08.04	(Provisão para Perdas de Outros Créditos)	-21.803	-26.062
1.01.09	Outros Valores e Bens	33.130	22.954
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	31.069	20.001
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorizações)	-633	-143
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	2.694	3.096
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.164.820	3.293.574
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	1.170.130	1.156.215
1.02.02.01	Carteira Própria	392.175	658.334
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	752.872	469.270
1.02.02.03	Vinculados a Prestação de Garantia	25.083	28.611
1.02.03	Relações Interfinanceiras	147.279	144.608
1.02.03.02	Créditos Vinculados - Sistema Financeiro da Habitação	147.279	144.608
1.02.05	Operações de Crédito	1.557.484	1.611.532
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Privado	1.590.154	1.644.591
1.02.05.02	(Provisão para Perdas de Operações de Crédito)	-32.670	-33.059
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	57.543	120.277

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1.02.06.01	Operações de Arrendamento a Receber - Setor Privado	61.118	124.626
1.02.06.02	(Provisão para Perdas de Arrendamento Mercantil)	-3.575	-4.349
1.02.07	Outros Créditos	230.914	259.484
1.02.07.01	Carteira de Câmbio	194	0
1.02.07.02	Diversos	238.108	262.794
1.02.07.03	(Provisão para Perdas de Outros Créditos)	-7.388	-3.310
1.02.08	Outros Valores e Bens	1.470	1.458
1.02.08.01	Outros Valores e Bens	520	520
1.02.08.02	Despesas Antecipadas	950	938
1.03	Ativo Permanente	188.474	157.743
1.03.01	Investimentos	92.834	88.542
1.03.01.02	Participações em Controladas	89.659	85.423
1.03.01.04	Outros Investimentos	4.204	4.148
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.029	-1.029
1.03.02	Imobilizado de Uso	89.051	64.298
1.03.02.01	Imóveis de Uso	1.320	1.320
1.03.02.02	Reavaliação de Imóveis de Uso	8.914	8.914
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	150.200	121.234
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-71.383	-67.170
1.03.04	Intangível	6.589	4.903
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	13.275	11.161
1.03.04.02	(Amortização Acumulada)	-6.686	-6.258

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	9.469.035	9.405.724
2.01	Passivo Circulante	6.580.736	6.755.527
2.01.01	Depósitos	3.754.996	3.468.925
2.01.01.01	Depósitos à Vista	990.709	997.715
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.446.318	1.341.057
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	6.550	3.900
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	1.310.638	1.125.661
2.01.01.05	Outros Depósitos	781	592
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	2.057.409	2.625.899
2.01.02.01	Carteira Própria	797.391	565.900
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	1.260.018	2.059.999
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	44.231	30.050
2.01.03.01	Rec. Ac. Camb. Letr. Imob. Hip. e de Cred. Deb.e Similares	44.231	30.050
2.01.04	Relações Interfinanceiras	62.103	3.038
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	60.286	1.046
2.01.04.02	Correspondentes	1.817	1.992
2.01.05	Relações Interdependências	8.734	10.867
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	8.734	10.810
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	0	57
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	187.937	199.583
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	187.937	199.583
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	163.032	160.468
2.01.07.01	BNDES	5.926	5.401
2.01.07.02	FINAME	41.851	37.906
2.01.07.03	Outras Instituições	115.255	117.161
2.01.09	Outras Obrigações	302.294	256.697
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	30.521	2.373
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	6.396	1.942
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	14.354	21.277
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	9.193	12.099
2.01.09.05	Instrumentos Financeiros e Derivativos	1	1
2.01.09.06	Diversas	241.829	219.005
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.067.428	1.857.897
2.02.01	Depósitos	1.882.071	1.644.584
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	1.882.071	1.644.584
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	3.706	4.179
2.02.06.01	Empréstimos no Exterior	3.706	4.179
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	101.984	100.454
2.02.07.01	BNDES	5.190	6.322
2.02.07.02	FINAME	93.186	90.770
2.02.07.03	Outras Instituições	3.608	3.362
2.02.09	Outras Obrigações	79.667	108.680
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	62.844	59.459
2.02.09.02	Diversas	16.823	49.221
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	1.317	1.131

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.05	Patrimônio Líquido	819.554	791.169
2.05.01	Capital Social Realizado	694.000	436.368
2.05.01.01	De Domiciliado no País	694.000	436.368
2.05.03	Reservas de Reavaliação	5.254	5.381
2.05.03.01	Ativos Próprios	5.243	5.351
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	11	30
2.05.04	Reservas de Lucro	121.643	352.551
2.05.04.01	Legal	25.549	23.040
2.05.04.02	Estatutária	96.094	329.511
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.343	-3.131
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-1.343	-3.131

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	297.256	589.348	291.147	560.692
3.01.01	Operações de Crédito	162.089	324.566	175.021	333.990
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	5.919	11.773	6.783	13.707
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	119.034	233.640	100.411	195.106
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	293	510	130	217
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	3.251	6.320	2.890	6.400
3.01.06	Resultados das Aplicações Compulsórias	6.670	12.539	5.912	11.272
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-209.856	-380.668	-170.093	-341.037
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-168.953	-332.126	-141.888	-277.334
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-2.100	-4.402	-2.096	-4.396
3.02.03	Provisão p/ Perdas Oper. Crédito e Outros Créditos	-38.803	-44.140	-26.109	-59.307
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	87.400	208.680	121.054	219.655
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-75.380	-158.950	-75.488	-124.786
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	48.799	95.803	47.300	91.668
3.04.02	Despesas de Pessoal	-50.477	-97.825	-47.546	-90.780
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-47.046	-93.457	-45.224	-87.798
3.04.04	Despesas Tributárias	-11.174	-21.481	-11.481	-21.926
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	6.287	14.133	3.856	19.479
3.04.05.01	Outras Receitas Operacionais	6.287	14.133	3.856	19.479
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-25.271	-61.870	-26.681	-43.390
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	3.502	5.747	4.288	7.961
3.05	Resultado Operacional	12.020	49.730	45.566	94.869
3.06	Resultado Não Operacional	-605	-618	4	-1.579
3.06.01	Receitas	587	984	1.903	2.254
3.06.02	Despesas	-1.192	-1.602	-1.899	-3.833
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	11.415	49.112	45.570	93.290
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-1.463	-16.063	-14.775	-32.791

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.08.01	Provisão para IR - Valores Correntes	-105	-2.721	-5.937	-12.724
3.08.02	Provisão para IR - Valores Diferidos	71	-1.071	-1.018	-1.718
3.08.03	Provisão para CSLL - Valores Correntes	-47	-2.197	-4.206	-8.701
3.08.04	Provisão para Ativo Fiscal Diferido - IR	-873	-6.177	-2.146	-5.838
3.08.05	Provisão para Ativo Fiscal Diferido - CS	-509	-3.897	-1.468	-3.810
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-3.868	-6.452	-2.788	-5.675
3.10.01	Participações	-3.868	-6.452	-2.788	-5.675
3.11	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	11.787	23.574	9.907	19.814
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	17.871	50.171	37.914	74.638

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	60.136	64.355
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	109.835	137.334
6.01.01.01	Lucro Líquido	50.171	74.638
6.01.01.02	Ajuste ao Valor de Mercado de TVM	1	14
6.01.01.03	Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	44.140	59.307
6.01.01.04	Provisão/(Reversão) p/ Perdas Bens Não de Uso	640	9
6.01.01.06	Provisão/(Reversão) p/ Créditos Vinculados - FCVS	2.370	0
6.01.01.07	Depreciações e Amortizações	7.974	7.264
6.01.01.08	Ajuste de Provisão p/ Pas. Trab. Civ. Fiscais	2.865	2.222
6.01.01.09	Ajuste de Provisão - Outras	-2.411	-8.251
6.01.01.10	Ativo Fiscal Diferido	10.074	9.648
6.01.01.11	Provisão p/ IR - Valores Diferidos	1.071	1.718
6.01.01.12	Resultado de Participação em Controladas	-5.747	-7.961
6.01.01.13	JSCP e Dividendos Recebidos - Método de Custo	-1.057	-873
6.01.01.14	(Ganho) Perda na Alienação de Bens Não de Uso	-246	62
6.01.01.15	(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado de Uso	-10	-463
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-49.699	-72.979
6.01.02.01	(Aumento) Redução Ap. Interf. de Liquidez	6.851	7.394
6.01.02.02	(Aumento) Redução TVM e Inst. Fin. Deriv.	-2.482	-10.149
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Dep. Comp. no Bacen	4.074	5.721
6.01.02.04	(Aumento) Redução Rel. Interf./Interd. (At/Pas)	10.481	5.630
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Op. Cred. e Arrend. Merc. Fin.	-49.680	-217.907
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Créditos	6.200	20.632
6.01.02.07	(Aumento) Redução Outros Valores e Bens	604	464
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Depósitos	523.557	12.626
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	-568.490	134.626
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Rec. Emissão de Títulos	14.180	11.505
6.01.02.11	Aumento (Redução) Obrig. Emprést. e Repasses	-8.024	-29.699
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	12.844	-13.993
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Receitas Diferidas	186	171
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-43.520	-8.713
6.02.01	JSCP Recebidos de Controladas	602	2.491
6.02.02	Dividendos Recebidos de Controladas	372	590
6.02.03	JSCP e Dividendos Recebidos - Método de Custo	1.057	873
6.02.04	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	3.305	502
6.02.05	Alienação de Investimentos	0	6
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	83	695
6.02.08	Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	-14.491	-10.395
6.02.10	Outros Investimentos	-74	0
6.02.11	Aquisição de Imobilizado de Uso	-31.914	-3.475
6.02.13	Aplicações no Intangível	-2.460	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-22.756	-16.243
6.03.01	JSCP Pagos	-22.321	-16.007
6.03.02	Dividendos Pagos	-435	-236

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.140	39.399
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.113.347	2.883.079
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.107.207	2.922.478

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	436.368	0	5.381	352.551	0	-3.131	791.169
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	436.368	0	5.381	352.551	0	-3.131	791.169
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	50.171	0	50.171
5.05	Destinações	0	0	0	0	-23.574	0	-23.574
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-23.574	0	-23.574
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	26.724	-26.724	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-127	0	127	1.788	1.788
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1.788	1.788
5.07.04	Reversão/Realização de Reserva de Reavaliação	0	0	-127	0	127	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	257.632	0	0	-257.632	0	0	0
5.13	Saldo Final	694.000	0	5.254	121.643	0	-1.343	819.554

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	436.368	0	5.974	225.069	0	-964	666.447
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	436.368	0	5.974	225.069	0	-964	666.447
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	74.638	0	74.638
5.05	Destinações	0	0	0	0	-19.814	0	-19.814
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-19.814	0	-19.814
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	55.057	-55.057	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-268	0	233	-482	-517
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-482	-482
5.07.04	Reversão/Realização de Reserva de Reavaliação	0	0	-233	0	233	0	0
5.07.05	Impostos e Contribuições s/ Reserva de Reavaliação	0	0	-35	0	0	0	-35
5.13	Saldo Final	436.368	0	5.706	280.126	0	-1.446	720.754

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	654.526	610.953
7.01.01	Intermediação Financeira	589.348	560.692
7.01.02	Prestação de Serviços	95.803	91.668
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-44.140	-59.307
7.01.04	Outras	13.515	17.900
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-336.528	-281.730
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-117.255	-98.469
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-82.692	-65.799
7.03.02	Serviços de Terceiros	-34.563	-32.670
7.04	Valor Adicionado Bruto	200.743	230.754
7.05	Retenções	-7.974	-7.264
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.974	-7.264
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	192.769	223.490
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.747	7.961
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.747	7.961
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	198.516	231.451
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	198.516	231.451
7.09.01	Pessoal	87.884	81.170
7.09.01.01	Remuneração Direta	66.621	59.763
7.09.01.02	Benefícios	16.666	15.487
7.09.01.03	F.G.T.S.	4.597	5.920
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.937	70.002
7.09.02.01	Federais	48.245	64.662
7.09.02.02	Estaduais	117	70
7.09.02.03	Municipais	5.575	5.270
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.524	5.641
7.09.03.01	Aluguéis	6.524	5.641
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	50.171	74.638
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	23.574	19.814
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	26.597	54.824

Comentário do Desempenho**INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º TRIMESTRE DE 2011**

Apresentamos o Relatório relativo a dados realizados no 2º trimestre de 2011, bem como as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do BANESTES S.A – Banco do Estado do Espírito Santo, em conformidade com os padrões estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil e Superintendência de Seguros Privados.

AMBIENTE ECONÔMICO

O 2º trimestre de 2011 mostra os resultados das medidas macroprudenciais implementadas no início do ano, para controlar o fluxo de capitais no país e, também, das políticas monetária e de crédito visando o controle da inflação. A principal preocupação do Governo foi manter a inflação dentro da meta, a partir do controle da taxa básica de juros. A taxa Selic sofreu dois sucessivos aumentos de 0,25 pontos percentuais, saltando de 11,75% para 12,25% ao ano.

As operações de crédito apresentaram um crescimento equilibrado entre as operações com recursos livres e com recursos direcionados. O volume total dos empréstimos bancários, computados recursos livres e direcionados, alcançou R\$1.834 bilhões em junho, ao crescer 1,60% no mês, 7,50% no semestre e 20,00% em doze meses. A representatividade dos bancos públicos cresceu 0,20 p.p. no mês, equivalendo a 41,90% do total de crédito do sistema financeiro.

Os empréstimos destinados a pessoas físicas somaram R\$ 601,40 bilhões, com incrementos de 1,30% em junho, 7,40% no semestre e 18,90% em doze meses. Cabe ressaltar que o aumento das taxas de juros e a maior restrição ao crédito com prazos longos contribuíram para um aumento, embora ainda pequeno, da taxa de inadimplência no segmento de pessoas físicas. No segmento de pessoas jurídicas, o saldo das operações contratadas registrou expansão de 1,80%, atingindo R\$ 596,40 bilhões, resultante da elevação de 2,20% nas operações contratadas com recursos domésticos, com participação relevante das modalidades capital de giro e conta garantida.

A taxa de desemprego nacional em junho foi de 6,20%. No cenário do Estado do Espírito Santo, o mercado de trabalho formal gerou 19.640 novos postos de trabalho no segundo trimestre de 2011. No acumulado do ano, a evolução do emprego atingiu 28.105 novos postos, impulsionado pelos setores de serviços, agropecuária e construção civil.

A produção industrial capixaba, no acumulado dos cinco primeiros meses cresceu 1,80% na comparação com igual período de 2010, sendo destaque no cenário nacional.

As operações de crédito no Estado somaram R\$ 14,00 bilhões em abril de 2011 onde R\$ 7,19 bilhões estavam na modalidade de empréstimos e títulos descontados, R\$ 1,56 bilhão em Financiamentos, R\$ 2,76 bilhões em financiamentos imobiliários, R\$ 1,71 bilhão em financiamentos rurais e o restante na modalidade outros créditos. O BANESTES detinha

Comentário do Desempenho



Sempre perto de você

R\$ 3,60 bilhões em operações de crédito, respondendo por 25,71% do mercado, o que mostra sua capacidade e força no cenário estadual.

1. DESEMPENHO ECONÔMICO DO BANESTES

R\$ Mil						
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	2º Trim.	2º Trim.	Variação	1º Sem.	1º Sem.	Variação
	2011	2010	2ºT 2011 x 2ºT 2010	2011	2010	1ºS 2011 x 1ºS 2010
RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	301.109	293.368	2,64	596.994	564.901	5,68
Operações de Crédito	162.089	175.021	(7,39)	324.566	333.990	(2,82)
Operações de Arrendamento Mercantil	5.919	6.783	(12,74)	11.773	13.707	(14,11)
Resultado de Oper. Tit. Val. Mobiliário	122.887	102.632	19,74	241.286	199.315	21,06
Resultado c/Instr. Financ. e Derivativo	293	130	125,38	510	217	135,02
Resultado de Câmbio	3.251	2.890	12,49	6.320	6.400	(1,25)
Resultado das Aplicações Compulsórias	6.670	5.912	12,82	12.539	11.272	11,24
DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(209.773)	(170.019)	23,38	(380.529)	(340.884)	11,63
Operações de Captação Mercado	(168.870)	(141.814)	19,08	(331.987)	(277.181)	19,77
Operações de Empréstimos e Repasse	(2.100)	(2.096)	0,19	(4.402)	(4.396)	0,14
Prov. Oper. Créd. e Outros Crédito c/Característica Concessão Crédito	(38.803)	(26.109)	48,62	(44.140)	(59.307)	(25,57)
RESULTADO BRUTO DA INTERM.FINANCEIRA	91.336	123.349	(25,95)	216.465	224.017	(3,37)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(77.693)	(76.825)	1,13	(164.180)	(126.313)	29,98
Receitas de Prestação de Serviços	49.121	47.728	2,92	96.474	92.576	4,21
Prêmios Retidos	27.613	26.172	5,51	58.410	57.042	2,40
Variações das Provisões Técnicas	878	556	57,91	142	(22)	745,45
Sinistros Retidos	(17.659)	(17.470)	1,08	(39.308)	(36.329)	8,20
Despesas de Comercialização de Seguros	(2.522)	(2.534)	(0,47)	(4.934)	(4.984)	(1,00)
Despesas de Pessoal	(52.982)	(50.168)	5,61	(102.614)	(95.584)	7,35
Outras Despesas Administrativas	(49.425)	(47.208)	4,70	(97.797)	(91.668)	6,69
Despesas Tributárias	(12.387)	(12.517)	(1,04)	(24.029)	(24.255)	(0,93)
Resultado de Participação em Controladas	-	1.782	(100,00)	-	1.782	(100,00)
Outras Receitas Operacionais	8.163	6.098	33,86	17.609	23.652	(25,55)
Outras Despesas Operacionais	(28.493)	(29.264)	(2,63)	(68.133)	(48.523)	40,41
RESULTADO OPERACIONAL	13.643	46.524	(70,68)	52.285	97.704	(46,49)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(610)	(2)	30.400,00	(213)	(1.590)	(86,60)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/O LUCRO	13.033	46.522	(71,99)	52.072	96.114	(45,82)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIB. SOCIAL	(2.916)	(15.567)	(81,27)	(18.761)	(35.303)	(46,86)
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO	(4.029)	(2.945)	36,81	(6.707)	(5.980)	12,16
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	(4)	(3)	33,33	(7)	(7)	0,00
JUROS S/ CAPITAL PRÓPRIO	11.787	9.907	18,98	23.574	19.814	18,98
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	17.871	37.914	(52,86)	50.171	74.638	(32,78)

O Resultado Líquido da Instituição no 2º trimestre de 2011 somou R\$ 17,87 milhões e fechou o semestre com R\$ 50,17 milhões. Houve queda na comparação com o 2º trimestre de 2010, decorrente do crescimento das Despesas com Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito, aliado, ao aumento nas Despesas com Operações de Captação no Mercado. Este aumento nas Despesas com Operações de Captação no Mercado, é devido, em linhas

Comentário do Desempenho

gerais, pelo aumento do volume de recursos em Depósitos Judiciais (28,59%) e em Depósitos de Poupança (22,12%) e Depósito a Prazo (1,75%), aliado, a aumento da Taxa Referencial (TR) e da Taxa CDI.

1.1 RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

As Receitas da Intermediação Financeira somaram R\$ 301,11 milhões elevando-se 2,64% sobre o 2º trimestre de 2010 e 5,68% no acumulado do semestre. Esta elevação deu-se em função do Resultado com Títulos e Valores Mobiliários que avançou 19,74% na relação com o mesmo trimestre de 2010, motivado, principalmente pelo aumento da taxa Selic neste período, somando R\$ 241,29 milhões neste 1º semestre do ano.

As Rendas com Operações de Crédito atingiram R\$ 162,09 milhões neste 2º trimestre, acumulando no semestre R\$ 324,57 milhões.

As rendas de Empréstimos somaram R\$ 130,71 milhões no trimestre. Alguns produtos apresentaram avanços em suas receitas quando comparados com 2º trimestre de 2010, como é o caso, do Cheque Especial Banestes (8,26%), Consignação em Folha (16,02%), Capital de Giro (8,09%), Microcrédito (58,63%) e Banescard (14,06%).

As rendas com Títulos Descontados somaram R\$ 7,39 milhões no trimestre, avançando as receitas com pessoa física em 8,58% e as receitas com pessoa jurídica em 12,69% quando comparadas com o mesmo trimestre de 2010.

As rendas com Financiamentos acumularam R\$ 12,68 milhões neste 2º trimestre, avançando 12,79% sobre o mesmo período de 2010. Destaque para alguns produtos que avançaram nesta comparação, como é o caso dos Financiamentos de Bens (13,29%), Financiamentos - CDC Veículos (50,88%) e Financiamentos Microcrédito (25,19%).

O Resultado das Operações com Títulos e Valores Mobiliários alcançou R\$ 122,89 milhões, avançando 19,74% comparado ao 2º trimestre de 2010, puxados principalmente pelo avanço da taxa de remuneração dos ativos desta modalidade que foram influenciados pelo aumento da Taxa Selic.

1.2 DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

As Despesas da Intermediação Financeira somaram R\$ 209,77 milhões no trimestre, elevando-se 23,38% na comparação com o 2º trimestre de 2010. Esta variação foi motivada pelo comportamento das Despesas com Provisões para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito apresentada no trimestre, que elevou-se na comparação com o mesmo trimestre de 2010, devido a influência direta do impacto das Reversões para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos apuradas nestes trimestres (R\$ 9,43 milhões ante R\$ 18,91 milhões).

As despesas com Captações no Mercado somaram R\$ 168,87 milhões, acumulando no semestre R\$ 331,99 milhões. Houve avanço de 19,08% nas Despesas com Captação no Mercado Aberto sobre o 2º trimestre de 2010, motivado em linhas gerais, pelo crescimento dos recursos captados em Depósitos de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo

Comentário do Desempenho

Sempre perto de você

(22,12%, 28,59% e 1,75% respectivamente) aliados a elevação da Taxa Referencial (TR) e Taxa Selic no período.

As despesas com Operações de Empréstimos e Repasses ficaram estáveis na comparação com o mesmo trimestre de 2010, acumulando R\$ 4,40 milhões neste 1º semestre do ano.

As despesas de Provisões para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito somaram R\$ 38,80 milhões. Deste total, R\$ 48,23 milhões foram registrados como despesas oriundas de provisões, enquanto, R\$ 9,43 milhões enquadraram-se como valores revertidos.

1.3 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As Rendas de Prestação de Serviços¹ somaram R\$ 49,12 milhões, avançando 2,92% sobre o mesmo trimestre de 2010. No acumulado do semestre, estas rendas foram 4,21% maior fechando em R\$ 96,47 milhões.

As Outras Receitas Operacionais acumularam R\$ 8,16 milhões, sendo superior em 33,86% quando comparado com o mesmo trimestre de 2010. No acumulado do semestre somaram R\$ 17,61 milhões.

As Despesas de Pessoal somaram R\$ 52,98 milhões crescendo 5,61% na relação com 2º trimestre de 2010, puxados, pelo reajuste concedido na convenção salarial da categoria. As Outras Despesas Administrativas somaram R\$ 49,42 milhões avançando 4,70% na relação com o 2º trimestre de 2010, decorrência do aumento das operações e negócios bancários.

As Outras Despesas Operacionais somaram R\$ 28,49 milhões, recuando 2,63% na comparação com 2º trimestre de 2010. No acumulado do semestre estas despesas somaram R\$ 68,13 milhões.

As Despesas Tributárias fecharam o trimestre com R\$ 12,39 milhões, o que representa queda de 1,04% sobre o mesmo trimestre do ano anterior. As Despesas com Comercialização de Seguros ficaram estáveis nesta mesma comparação, fechando o semestre com R\$ 4,93 milhões.

2. DESEMPENHO FINANCEIRO DO BANESTES

R\$ Mil					
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	2º Trimestre 2011	Exercício 2010	2º Trimestre 2010	Variação	
				2ºT 2011 x Ex. 2010	2ºT 2011 x 2ºT 2010
ATIVO					
Disponibilidades	125.063	120.621	113.685	3,68	10,01
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.992.948	3.010.264	2.832.170	(0,58)	5,68
Títulos e Valores Mobiliários e Instr.	1.829.372	1.820.752	1.787.786	0,47	2,33

¹ As Rendas de Prestação de Serviços já contemplam as Rendas com Tarifas Bancárias

Comentário do Desempenho



Sempre perto de você

Financeiros Derivativos					
Relações Interfinanceiras/Interdependência	663.940	623.931	571.453	6,41	16,18
Operações de Crédito - Bruto	3.203.117	3.188.016	3.182.384	0,47	0,65
Provisões p/Operações de Crédito	(143.717)	(151.000)	(198.227)	(4,82)	(27,50)
Arrendamento Mercantil	117.766	134.328	140.454	(12,33)	(16,15)
Provisões p/Arrendamento Mercantil	(7.176)	(8.172)	(9.662)	(12,19)	(25,73)
Outros Créditos e Outros Valores	670.718	676.481	685.754	(0,85)	(2,19)
Investimentos	4.385	4.356	3.882	0,67	12,96
Imobilizado de Uso	90.100	65.697	60.023	37,14	50,11
Intangível /Diferido	6.615	4.923	4.553	34,37	45,29
ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	9.553.131	9.490.197	9.174.255	0,66	4,13
PASSIVO					
Depósitos	5.629.246	5.112.038	5.028.240	10,12	11,95
.Depósitos à Vista	990.074	997.377	909.851	(0,73)	8,82
.Depósitos de Poupança	1.446.318	1.341.057	1.184.329	7,85	22,12
.Depósitos Interfinanceiro	6.550	3.900	13.850	67,95	(52,71)
.Depósitos a Prazo	3.185.523	2.769.112	2.919.680	15,04	9,11
.Outros Depósitos	781	592	530	31,93	47,36
Captação Mercado Aberto	2.056.400	2.625.272	2.507.775	(21,67)	(18,00)
. Carteira Própria	796.382	565.273	753.758	40,88	5,65
. Carteira de Terceiros	1.260.018	2.059.999	1.754.017	(38,83)	(28,16)
Subtotal das Captações	7.685.646	7.737.310	7.536.015	(0,67)	1,99
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	44.231	30.050	20.081	47,19	120,26
Relações Interfinanceiras/Interdependência	70.837	13.905	63.769	409,44	11,08
Obrigações por Empréstimos	191.643	203.762	228.335	(5,95)	(16,07)
Obrigações por Repasses do País	265.016	260.922	193.671	1,57	36,84
Instrumentos Financeiros e Derivativos	1	1	-	0,00	-
Outras Obrigações	476.000	452.965	411.596	5,09	15,65
Receitas Diferidas	1.317	1.131	1.235	16,45	6,64
Participações Majoritárias e Minoritárias	147	140	132	5,00	11,36
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	818.293	790.011	719.421	3,58	13,74
PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	9.553.131	9.490.197	9.174.255	0,66	4,13

As Captações, incluindo os Depósitos e Captação no Mercado Aberto, no 2º trimestre de 2011 atingiram o saldo de R\$ 7,68 bilhões, permanecendo estável na comparação com o exercício de 2010, entretanto, avançando 1,99% nas comparações com o mesmo trimestre do ano anterior. Os Depósitos de uma forma geral evoluíram 10,12% na comparação com o exercício de 2010 e 11,95% na comparação com o 2º trimestre de 2010. Este crescimento foi puxado pelo avanço nos volumes de Depósito à Vista, Depósitos de Poupança e de Depósito a Prazo (principalmente nos Depósitos Judiciais)

As Obrigações por Empréstimos com o saldo de R\$ 191,64 milhões reduziram 5,95% na comparação com o exercício de 2010 e 16,07% menor na comparação com o mesmo trimestre de 2010. O saldo das Obrigações por Repasses, elevou-se 1,57% sobre o exercício de 2010 fechando o trimestre com R\$ 265,02 milhões.

Comentário do Desempenho



O saldo com Recursos de Aceites e Emissão de Títulos cresceu 47,19% sobre o exercício de 2010, ou seja, aumento de R\$ 14,18 milhões. Já sobre o mesmo trimestre do ano anterior o aumento de recursos chegou a R\$ 24,15 milhões.

As Aplicações compostas por Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e as Operações de Crédito atingiram R\$ 8,15 bilhões, permanecendo estável sobre o exercício de 2010 e 2,96% maior na comparação com o mesmo trimestre de 2010. A elevação na comparação com o mesmo período de 2010, foi motivada pelo aumento de recursos na carteira das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, conforme tabela a seguir:

R\$ Mil					
RECURSOS APLICADOS CONSOLIDADO	2º Trimestre	Exercício	2º Trimestre	Variação	
	2011	2010	2010	2ºT 2011 x Ex. 2010	2ºT 2011 x 2ºT 2010
Disponibilidades	125.063	120.621	113.685	3,68	10,01
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.992.948	3.010.264	2.832.170	(0,58)	5,68
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	1.829.372	1.820.752	1.787.786	0,47	2,33
Operações de Crédito	3.203.117	3.188.016	3.182.384	0,47	0,65
TOTAL	8.150.500	8.139.653	7.916.025	0,13	2,96

- As Operações de Crédito do Banco ficaram estáveis tanto na comparação com o exercício de 2010, quanto, na comparação com o 2º trimestre de 2010. O saldo com Operações de Crédito responde por 33,53% do total de recursos do Ativo da Instituição;
- Os recursos em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez apresentaram-se estáveis na comparação com o exercício de 2010, entretanto, evoluíram 5,68% na comparação com o mesmo trimestre de 2010. Seus recursos em carteira respondem por 31,33% do total de recursos do Ativo da Instituição; e
- Os recursos em Títulos/Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos ficaram estáveis na comparação com o exercício de 2010, entretanto, elevaram-se 2,33% na comparação com o 2º trimestre de 2010, representando 19,15% do total do Ativo do Banco. Destes R\$ 1,83 bilhão em Títulos e Valores Mobiliários, R\$ 264,16 milhões foram classificados na categoria Títulos para Negociação, R\$ 84,46 milhões em Títulos Disponíveis para Venda e 1,48 bilhão na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento, conforme classificação fundamentada na análise do comportamento do fluxo de caixa do Banco em que verifica-se a sua capacidade financeira.

2.1 Carteira de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil, Câmbio e Outros Créditos com Característica de Crédito

A Carteira de Crédito após a inclusão das provisões, atingiu R\$ 3,42 bilhões neste 2º trimestre de 2011. Este volume em recursos foi 1,89% superior ao volume apurado no exercício de 2010 e 2,85% quando comparado com o 2º trimestre de 2010.

Os recursos da Carteira de Crédito, Arrendamento Mercantil, Câmbio e Outros Créditos avançaram 1,56% na comparação com o exercício de 2010. As Operações de Crédito avançaram apenas 0,47%, influenciado, pela retração do saldo de Cessão de Crédito Adquirido com Coobrigação do Cedente em 17,50%, ou seja, queda de R\$ 114,69 milhões.

Comentário do Desempenho



Sempre perto de você

Importante frisar, que a queda no saldo de Cessão de Crédito Adquirido com Coobrigação do Cedente é decorrente da reestruturação desta modalidade de crédito, no mercado bancário e financeiro.

R\$ Mil					
CARTEIRA DE CRÉDITO CONSOLIDADO	2º Trimestre	Exercício	2º Trimestre	Variação	
	2011	2010	2010	2ºT 2011 x Ex. 2010	2ºT 2011 x 2ºT 2010
Adiantamentos a Depositantes	1.041	353	899	194,90	15,80
Empréstimos	2.409.358	2.386.298	2.397.046	0,97	0,51
Cessão de Créditos Adquiridos c/ Coobrigação do Cedente	540.806	655.497	686.760	(17,50)	(21,25)
Operações com Cartão de Crédito	26.897	23.517	25.568	14,37	5,20
Demais Modalidades de Empréstimos	1.841.655	1.707.284	1.684.718	7,87	9,32
Títulos Descontados	118.789	100.761	104.836	17,89	13,31
Financiamentos	324.216	305.227	275.688	6,22	17,60
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	10.432	12.123	9.670	(13,95)	7,88
Financiamentos Rurais	303.253	338.266	339.960	(10,35)	(10,80)
Financiamentos Imobiliários	36.028	44.988	54.285	(19,92)	(33,63)
Total de Operações de Crédito	3.203.117	3.188.016	3.182.384	0,47	0,65
Arrendamento Mercantil	117.766	134.328	140.454	(12,33)	(16,15)
Adiantamentos s/Contratos de Câmbio	189.507	195.775	215.939	(3,20)	(12,24)
Operações com Cartão de Crédito(*)	64.716	-	-	100,00	100,00
Outros Créditos c/Característica de Concessão de Crédito	15.058	16.918	17.176	(10,99)	(12,33)
Total Cart. Crédito/Arrendamento Merc./ Câmbio e Outros Créditos	3.590.164	3.535.037	3.555.953	1,56	0,96
Provisão p/Perdas Operações de Crédito / Arrendamento Merc. e Outros Créditos	(170.385)	(178.682)	(230.928)	(4,64)	(26,22)
Carteira de Crédito Líquida de PDD	3.419.779	3.356.355	3.325.025	1,89	2,85

(*) As operações com Cartão de Crédito referem-se as compras à vista e parcelado lojaista que em 31/12/2010 e 30/06/2010 estavam registrados em Serviços Prestados a Receber cujo os saldos eram R\$ 68,99 milhões e R\$ 38,66 milhões, respectivamente.

Os recursos que compõem as Operações de Crédito da Instituição, apresentaram o seguinte comportamento neste 2º trimestre do ano:

- Os recursos de Empréstimos (Demais Modalidades) cresceram 7,87% sobre o exercício de 2010. Os produtos que mais contribuíram para este avanço foram: Consignação em Folha (maior 15,87%), Conta Garantida (maior 15,11%), Crédito Pessoal (maior 11,29%), Microcrédito (maior 14,15%), Renegociação de Dívidas (maior 38,99%), Cheque Confiança (maior 9,65%), Banescard (maior 12,85%) e Comprovar (maior 27,29%);
- Os recursos em Títulos Descontados avançaram 17,89% sobre o exercício de 2010, puxado, principalmente pelo aumento de R\$ 16,40 milhões em recursos de Títulos Descontados com Pessoa Jurídica, ou seja, crescimento de 17,33%; e
- Os recursos em Financiamentos avançaram 6,22% quando comparado ao exercício de 2010, com destaque para os produtos: Financiamento de Bens (maior 12,12%), Financiamento CDC - Veículos (maior 10,82%), Financiamento Microcrédito (maior 7,08%) e Financiamento Industrial (maior 2,76%).

Comentário do Desempenho

Sempre perto de você

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento ao artigo 3º da Instrução CVM nº 381/03, esclarecemos que os serviços prestados ao BANESTES pelo Auditor Independente referem-se, exclusivamente, a auditoria externa.

Notas Explicativas

**INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30 DE JUNHO DE 2011**

Baseado na Resolução n.º 3.853/10, do Conselho Monetário Nacional, e na Carta-Circular n.º 3.447/10, do Banco Central do Brasil, o BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo optou por elaborar suas Demonstrações Financeiras Consolidadas Trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, deixamos de preencher os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas, uma vez que estes são aplicáveis somente quando da elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB.

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial Consolidado, as Demonstrações Consolidadas do Resultado, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Valor Adicionado bem como as Notas Explicativas a essas demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



BALANÇO PATRIMONIAL
Em Milhares de Reais

ATIVO	Banestes Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE.....	6.239.191	6.087.790
Disponibilidades (Nota 4).....	125.063	120.621
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 3.c e 5).....	2.992.948	3.010.264
Aplicações no Mercado Aberto.....	2.982.400	2.992.866
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	10.548	17.398
Tít. e Val. Mob. e Instr. Financ. e Derivativos (Nota 6 e 7).....	622.101	640.096
Carteira Própria.....	573.619	540.318
Vinculados a Compromissos de Recompra.....	46.430	97.823
Vinculados a Prestação de Garantias.....	1.614	1.529
Instrumentos Financeiros e Derivativos (Nota 7).....	438	426
Relações Interfinanceiras (Nota 3.f, 8 e 10).....	516.575	479.242
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....	41.392	372
Créditos Vinculados:		
. Depósitos no Banco Central.....	471.311	475.385
. SFH - Sistema Financeiro da Habitação.....	83	-
Correspondentes.....	3.789	3.485
Relações Interdependências.....	2	-
Recursos em Trânsito de Terceiros.....	1	-
Transferências Internas de Recursos.....	1	-
Operações de Crédito (Nota 3.g, 3.i, 3.k, 9, 10 e 11.a).....	1.501.916	1.425.484
Operações de Crédito:		
. Setor Privado.....	1.612.963	1.543.425
(Provisão para Perdas de Operações de Crédito).....	(111.047)	(117.941)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 3.h, 3.k, 9.a e 9.e).....	53.047	5.879
Operações de Arrendamento a Receber:		
. Setor Privado.....	56.648	9.702
(Provisão para Perdas de Oper. Arrend. Mercantil).....	(3.601)	(3.823)
Outros Créditos.....	388.964	378.153
Carteira de Câmbio (Nota 11.b).....	190.148	196.550
Rendas a Receber.....	10.115	61.242
Negociação e Intermediação de Valores.....	1.143	177
Prêmios de Seguros a Receber.....	12.383	12.980
Diversos (Nota 12).....	196.978	133.266
(Provisão para Perdas de Outros Créditos) (Nota 9.e).....	(21.803)	(26.062)
Outros Valores e Bens (Nota 13).....	38.575	28.051
Outros Valores e Bens.....	31.774	20.404
(Provisões para Desvalorizações).....	(633)	(143)
Despesas Antecipadas (Nota 3.o).....	2.703	3.101
Despesas de Comercialização Diferidas (Nota 20).....	4.731	4.689



BALANÇO PATRIMONIAL
Em Milhares de Reais

A T I V O	Banestes Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	3.212.840	3.327.431
Tít. e Val. Mob. e Instr. Financ. e Derivativos (Nota 6 e 7).....	1.207.271	1.180.656
Carteira Própria.....	429.316	682.775
Vinculados a Compromissos de Recompra.....	752.872	469.270
Vinculados a Prestação de Garantias.....	25.083	28.611
Relações Interfinanceiras (Nota 3.f, 8 e 10).....	147.363	144.689
Créditos Vinculados:		
. Depósitos Especiais no IRB.....	84	81
. SFH - Sistema Financeiro da Habitação.....	147.279	144.608
Operações de Crédito (Nota 3.g, 3.i, 3.k, 9, 10 e 11.a).....	1.557.484	1.611.532
Operações de Crédito:		
. Setor Privado.....	1.590.154	1.644.591
(Provisão para Perdas de Operações de Crédito).....	(32.670)	(33.059)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 3.h, 3.k, 9.a e 9.e).....	57.543	120.277
Operações de Arrendamento a Receber:		
. Setor Privado.....	61.118	124.626
(Provisão para Perdas de Oper. Arrend. Mercantil).....	(3.575)	(4.349)
Outros Créditos.....	241.709	268.819
Carteira de Câmbio (Nota 11.b).....	194	-
Diversos (Nota 12).....	248.903	272.129
(Provisão para Perdas de Outros Créditos) (Nota 9.e).....	(7.388)	(3.310)
Outros Valores e Bens (Nota 13).....	1.470	1.458
Outros Valores e Bens.....	520	520
Despesas Antecipadas (Nota 3.o).....	950	938
PERMANENTE.....	101.100	74.976
Investimentos (Nota 14).....	4.385	4.356
Outros Investimentos.....	5.460	5.431
(Provisão para Perdas).....	(1.075)	(1.075)
Imobilizado de Uso (Nota 3.q).....	90.100	65.697
Imóveis de Uso.....	1.617	1.978
Reavaliação de Imóveis de Uso.....	8.914	8.914
Outras Imobilizações de Uso.....	152.399	123.404
(Depreciações Acumuladas).....	(72.830)	(68.599)
Intangível (Nota 3.r e 3.s).....	6.615	4.923
Ativos Intangíveis.....	13.731	11.613
(Amortização Acumulada).....	(7.116)	(6.690)
Total do ATIVO.....	9.553.131	9.490.197

Notas Explicativas


BALANÇO PATRIMONIAL
 Em Milhares de Reais

PASSIVO	Banestes Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE.....	6.668.879	6.838.253
Depósitos (Nota 16).....	3.754.361	3.468.587
Depósitos à Vista.....	990.074	997.377
Depósitos de Poupança.....	1.446.318	1.341.057
Depósitos Interfinanceiros.....	6.550	3.900
Depósitos a Prazo.....	1.310.638	1.125.661
Outros Depósitos.....	781	592
Captações no Mercado Aberto (Nota 16).....	2.056.400	2.625.272
Carteira Própria.....	796.382	565.273
Carteira de Terceiros.....	1.260.018	2.059.999
Rec. Ac. Camb. Letr. Imob., Hip. e de Cred., Deb. e Similares (Nota 16).....	44.231	30.050
Rec. de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Créd. e Similares.....	44.231	30.050
Relações Interfinanceiras.....	62.103	3.038
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....	60.286	1.046
Correspondentes.....	1.817	1.992
Relações Interdependências.....	8.734	10.867
Recursos em Trânsito de Terceiros.....	8.734	10.810
Transferências Internas de Recursos.....	-	57
Obrigações por Empréstimos (Nota 11.c e 16).....	187.937	199.583
Empréstimos no Exterior.....	187.937	199.583
Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais (Nota 16 e 17).....	163.032	160.468
BNDES.....	5.926	5.401
FINAME.....	41.851	37.906
Outras Instituições.....	115.255	117.161
Instrumentos Financeiros e Derivativos (Nota 7).....	1	1
Instrumentos Financeiros e Derivativos.....	1	1
Outras Obrigações.....	392.080	340.387
Cobrança e Arrec.de Tributos e Assemelhados (Nota 11.b).....	30.521	2.373
Carteira de Câmbio.....	6.396	1.942
Sociais e Estatutárias.....	14.708	22.064
Fiscais e Previdenciárias.....	14.307	17.188
Negociação e Intermediação de Valores.....	1.429	437
Provisões Técnicas (Nota 3.n, 18 e 20).....	75.361	69.658
Diversas (Nota 22).....	249.358	226.725



BALANÇO PATRIMONIAL
Em Milhares de Reais

PASSIVO	Banestes Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	2.064.495	1.860.662
Depósitos (Nota 16).....	1.874.885	1.643.451
Depósitos a Prazo.....	1.874.885	1.643.451
Obrigações por Empréstimos (Nota 11.c e 16).....	3.706	4.179
Empréstimos no Exterior.....	3.706	4.179
Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais (Nota 16 e 17).....	101.984	100.454
BNDES.....	5.190	6.322
FINAME.....	93.186	90.770
Outras Instituições.....	3.608	3.362
Outras Obrigações.....	83.920	112.578
Fiscais e Previdenciárias.....	66.621	62.731
Diversas (Nota 22).....	17.299	49.847
RECEITAS DIFERIDAS (Nota 3.w).....	1.317	1.131
Part. de Acionistas Não Controladores.....	147	140
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 3.y e 24).....	818.293	790.011
Capital:		
De Domiciliados no País.....	694.000	436.368
Reservas de Reavaliação:		
. Reservas de Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio.....	5.243	5.351
. Reservas de Reavaliação de Bens de Controladas.....	11	30
Reservas de Lucros.....	120.382	351.393
Ajuste de Avaliação Patrimonial:		
. Ajuste Valor de Mercado - TVM e Derivativos - Próprios.....	(1.252)	(2.957)
. Ajuste Valor de Mercado - TVM e Derivativos - Controladas.....	(91)	(174)
Total do PASSIVO.....	9.553.131	9.490.197

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em Milhares de Reais

	Banestes Consolidado	
	2011	
	2º Trimestre	1º Semestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	301.109	596.994
Operações de Crédito.....	162.089	324.566
Resultado de Arrendamento Mercantil (Nota 3.h.7).....	5.919	11.773
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	122.887	241.286
Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos.....	293	510
Resultado de Operações de Câmbio.....	3.251	6.320
Resultado das Aplicações Compulsórias.....	6.670	12.539
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	(209.773)	(380.529)
Operações de Captação no Mercado.....	(168.870)	(331.987)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(2.100)	(4.402)
Provisão para Perdas Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil.... e Outros Créditos c/Caract.Conc.Crédito (Nota 9.e).....	(38.803)	(44.140)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	91.336	216.465
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	(77.693)	(164.180)
Receitas de Prestação de Serviços.....	49.121	96.474
Despesas de Pessoal.....	(52.982)	(102.614)
Outras Despesas Administrativas.....	(49.425)	(97.797)
Despesas Tributárias.....	(12.387)	(24.029)
Outras Receitas Operacionais (Nota 28.f).....	36.654	76.160
Prêmios Retidos.....	27.613	58.410
Variação das Provisões Técnicas	878	142
Outras Receitas Operacionais	8.163	17.608
Outras Despesas Operacionais (Nota 28.g).....	(48.674)	(112.374)
Sinistros Retidos	(17.659)	(39.308)
Despesas de Comercialização de Seguros	(2.522)	(4.934)
Outras	(28.493)	(68.132)
RESULTADO OPERACIONAL.....	13.643	52.285
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28.h).....	(610)	(213)
Receitas Não Operacionais.....	585	1.687
Despesas Não Operacionais.....	(1.195)	(1.900)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....	13.033	52.072
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 21).....	(2.916)	(18.761)
Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes.....	(1.029)	(4.446)
Provisão para Imposto de Renda - Valores Diferidos.....	71	(1.071)
Provisão para Contribuição Social - Valores Correntes.....	(583)	(3.188)
Ativo Fiscal Diferido - Imposto de Renda.....	(868)	(6.165)
Ativo Fiscal Diferido - Contribuição Social.....	(507)	(3.891)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....	(4.029)	(6.707)
REVERSÃO DO JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (Nota 24.e).....	11.787	23.574
PART. DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES.....	(4)	(7)
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE.....	17.871	50.171



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em Milhares de Reais

	Banestes Consolidado	
	2010	
	2º Trimestre	1º Semestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	293.368	564.901
Operações de Crédito.....	175.021	333.990
Resultado de Arrendamento Mercantil (Nota 3.h.7).....	6.783	13.707
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	102.632	199.315
Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos.....	130	217
Resultado de Operações de Câmbio.....	2.890	6.400
Resultado das Aplicações Compulsórias.....	5.912	11.272
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	(170.019)	(340.884)
Operações de Captação no Mercado.....	(141.814)	(277.181)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(2.096)	(4.396)
Provisão para Perdas Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil.... e Outros Créditos c/Caract.Conc.Crédito (Nota 9.e).....	(26.109)	(59.307)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	123.349	224.017
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	(76.825)	(126.313)
Receitas de Prestação de Serviços.....	47.728	92.576
Despesas de Pessoal.....	(50.168)	(95.584)
Outras Despesas Administrativas.....	(47.208)	(91.668)
Despesas Tributárias.....	(12.517)	(24.255)
Outras Receitas Operacionais (Nota 28.f).....	32.826	80.672
Prêmios Retidos.....	26.172	57.042
Variação das Provisões Técnicas	556	(22)
Outras Receitas Operacionais	6.098	23.652
Outras Despesas Operacionais (Nota 28.g).....	(49.268)	(89.836)
Sinistros Retidos	(17.470)	(36.329)
Despesas de Comercialização de Seguros	(2.534)	(4.984)
Outras	(29.264)	(48.523)
Resultado da Equivalencia Patrimonial	1.782	1.782
RESULTADO OPERACIONAL.....	46.524	97.704
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28.h).....	(2)	(1.590)
Receitas Não Operacionais.....	1.903	2.287
Despesas Não Operacionais.....	(1.905)	(3.877)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....	46.522	96.114
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 21).....	(15.567)	(35.303)
Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes.....	(6.450)	(14.339)
Provisão para Imposto de Renda - Valores Diferidos.....	(1.018)	(1.718)
Provisão para Contribuição Social - Valores Correntes.....	(4.496)	(9.640)
Ativo Fiscal Diferido - Imposto de Renda.....	(2.139)	(5.812)
Ativo Fiscal Diferido - Contribuição Social.....	(1.464)	(3.794)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....	(2.945)	(5.980)
REVERSÃO DO JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (Nota 24.e).....	9.907	19.814
PART. DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES.....	(3)	(7)
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE.....	37.914	74.638

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Milhares de Reais

	<u>Banestes</u> <u>Consolidado</u>	<u>Banestes</u> <u>Consolidado</u>
	<u>1º Semestre</u> <u>2011</u>	<u>1º Semestre</u> <u>2010</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Ajustado.....	115.209	143.513
Lucro Líquido.....	50.171	74.638
Ajustes ao Lucro Líquido.....	65.038	68.875
Ajuste ao Valor de Mercado de T.V.M.....	1	14
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	44.140	59.307
Provisão/(Reversão) para Perdas de Bens Não de Uso Próprio.....	640	9
Provisão/(Reversão) para Créditos Vinculados-FCVS.....	2.370	-
Depreciações e Amortizações.....	8.067	7.344
Ajustes de Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais.....	2.865	2.239
Ajustes de Provisão-Outras.....	(2.411)	(8.282)
Ativo Fiscal Diferido.....	10.056	9.606
Provisão para Imposto de Renda - Valores Diferidos.....	1.071	1.718
Resultado de Participação em Controladas.....	-	(1.782)
JSCP e Dividendos Recebidos - Método de Custo.....	(1.057)	(873)
(Ganho)/Perda na Alienação de Bens Não de Uso.....	(246)	62
(Ganho)/Perda na Alienação de Imobilizado de Uso.....	(454)	(464)
Baixa no imobilizado de uso.....	27	-
Atualização de Direito a Longo Prazo.....	(38)	(30)
Resultado dos Acionistas Minoritários.....	7	7
Varição de Ativos e Obrigações.....	745.490	(170.019)
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	807.017	(86.473)
(Aumento)/Redução em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(5.799)	(18.808)
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil.....	4.074	5.721
(Aumento)/Redução em Rel. Interfinanceiras/Interdependência (Ativos/Passivos).....	10.478	5.628
(Aumento)/Redução em Operações de Créditos e Arrend. Mercantil Financeiro.....	(49.680)	(217.907)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	5.172	19.210
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens.....	256	623
Aumento/(Redução) em Depósitos.....	517.208	13.480
Aumento/(Redução) em Captações no Mercado Aberto.....	(568.872)	136.329
Aumento/(Redução) em Recursos por Emissão de Títulos.....	14.180	11.505
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	(8.024)	(29.699)
Aumento/(Redução) em Provisões Técnicas de Seguros.....	5.703	5.043
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	13.591	(14.842)
Aumento/(Redução) em Receitas Diferidas.....	186	171
Caixa Líquido Usado nas Atividades Operacionais.....	860.699	(26.506)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
JSCP e Dividendos Recebidos - Método de Custo.....	1.057	873
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	3.305	502
Alienação de Investimentos.....	12	11
Alienação de Imobilizado de Uso.....	786	712
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio.....	(14.491)	(10.395)
Outros Investimentos.....	(74)	(7)
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(31.929)	(3.544)
Aplicações no Intangível.....	(2.467)	(6)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento.....	(43.801)	(11.854)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(22.321)	(16.007)
Dividendos Pagos.....	(435)	(236)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento.....	(22.756)	(16.243)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES.....	794.142	(54.603)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período.....	1.053.323	1.223.244
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período.....	1.847.465	1.168.641

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BANESTES CONSOLIDADO - 01/01/2011 à 30/06/2011

Em Milhares de Reais

Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Inicial	436.368	-	5.381	351.393	-	(3.131)	790.011
Saldo Ajustado	436.368	-	5.381	351.393	-	(3.131)	790.011
Lucro / Prejuízo do Período	-	-	-	-	50.171	-	50.171
Destinações	-	-	-	-	(23.574)	-	(23.574)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(23.574)	-	(23.574)
Realização de Reservas de Lucros	-	-	-	26.724	(26.724)	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(127)	(103)	127	1.788	1.685
Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(19)	-	1.788	1.769
Ajustes Acumulados de Conversão	-	-	-	(84)	-	-	(84)
Reversão/Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	(127)	-	127	-	-
Aumento/Redução do Capital Social	257.632	-	-	(257.632)	-	-	-
Saldo Final	694.000	-	5.254	120.382	-	(1.343)	818.293

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**BANESTES CONSOLIDADO - 01/01/2010 à 30/06/2010****Em Milhares de Reais**

Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Inicial	436.368	-	5.974	223.736	-	(964)	665.114
Saldo Ajustado	436.368	-	5.974	223.736	-	(964)	665.114
Lucro / Prejuízo do Período	-	-	-	-	74.638	-	74.638
Destinações	-	-	-	-	(19.814)	-	(19.814)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(19.814)	-	(19.814)
Realização de Reservas de Lucros	-	-	-	55.057	(55.057)	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(268)	-	233	(482)	(517)
Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	(482)	(482)
Ajustes Acumulados de Conversão	-	-	-	-	-	-	-
Reversão/Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	(233)	-	233	-	-
Impostos e Contr.s/Reserva de Reavaliação	-	-	(35)	-	-	-	(35)
Aumento/Redução do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	436.368	-	5.706	278.793	-	(1.446)	719.421

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Em Milhares de Reais

	Banestes Consolidado	
	1º Semestre	1º Semestre
	2011	2010
RECEITAS.....	725.275	677.252
Intermediação Financeira.....	596.994	564.901
Prestação de Serviços.....	96.474	92.576
Provisão para Perdas Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos c/Caract.Conc.Crédito.....	(44.140)	(59.307)
Operações com Seguros.....	58.552	57.020
Outras.....	17.395	22.062
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	(336.389)	(281.577)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS.....	(171.890)	(148.552)
Materiais, Energia e Outros.....	(91.312)	(73.238)
Serviços de Terceiros.....	(36.336)	(34.001)
Operações com Seguros.....	(44.242)	(41.313)
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	216.996	247.123
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO.....	(8.067)	(7.344)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PROD. PELA ENTIDADE.....	208.929	239.779
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA.....	-	1.782
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	-	1.782
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.....	208.929	241.561
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	208.929	241.561
PESSOAL	92.369	85.712
Remuneração Direta	70.218	63.353
Benefícios	17.375	16.137
F.G.T.S	4.776	6.222
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	59.742	75.410
Federais	53.939	69.947
Estaduais	121	81
Municipais	5.682	5.382
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	6.640	5.794
Aluguéis.....	6.640	5.794
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	50.178	74.645
Juros Sobre Capital Próprio	23.574	19.814
Dividendos	-	-
Lucros Retidos do Semestre/Exercício.....	26.597	54.824
Participação dos Não Controladores.....	7	7

Notas Explicativas



ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS
8. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS
9. CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO
10. CRÉDITO IMOBILIÁRIO
11. OPERAÇÕES DE CÂMBIO
12. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS
13. OUTROS VALORES E BENS
14. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
16. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE LETRAS HIPOTECÁRIAS E DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS
17. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS
18. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS
19. PRÊMIOS, SINISTROS E COMISSÕES DOS PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO
20. PROVISÕES TÉCNICAS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS
21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO
22. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS
23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E RISCOS FISCAIS
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
26. LIMITES OPERACIONAIS
27. GESTÃO DE RISCO
28. OUTRAS INFORMAÇÕES



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 de junho de 2011
Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista. Organizado sob a forma de banco múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil, administração de cartão de crédito e de programa de alimentação ao trabalhador - PAT, e também na administração de fundos de investimentos.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua também nos segmentos financeiros de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do BANESTES S.A. estão sendo apresentadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76) sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, contemplando ainda, as disposições contidas nas instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Durante os exercícios de 2009 e 2010 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência a partir do exercício de 2010. Entretanto, tais pronunciamentos só podem ser aplicados após aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Os Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo CMN até o 1º semestre de 2011 foram: CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento baseado em Ações (com vigência a partir de 01/01/2012), CPC 24 - Eventos Subsequentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Em conjunto com as Demonstrações Financeiras do BANESTES S.A., estão sendo apresentadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas, contemplando ainda as disposições contidas nas normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela CVM, que requerem a eliminação dos saldos e transações entre as empresas incluídas na consolidação. Na consolidação das Demonstrações Financeiras, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, conforme relacionado na nota 15. A parcela do Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas minoritários das controladas foi demonstrada como participação minoritária. A diferença no Patrimônio Líquido entre BANESTES Múltiplo e BANESTES Consolidado ocorre em função da eliminação dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração de Resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa - Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa e definição do CMN através da Resolução n.º 3.604/08, a Administração considera disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez – posição bancada com conversibilidade imediata, risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data efetiva de aplicação.



c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Representam os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor de resgate deduzido das receitas a apropriar correspondentes a períodos futuros com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

d. Títulos e Valores Mobiliários - Foram classificados e avaliados, de acordo com a capacidade financeira de cada empresa, conforme segue:

- Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias títulos para negociação e títulos mantidos até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.

e. Instrumentos Financeiros e Derivativos - Os instrumentos financeiros e derivativos são registrados, na data da aquisição, de acordo com a intenção da Administração, levando-se em conta a finalidade de proteção contra riscos (*hedge*) ou não, conforme Circular n.º 3.082, de 30/01/2002, do Banco Central do Brasil.

Os derivativos que não atendem aos critérios de classificação do referido normativo para *hedge* são registrados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas reconhecidos diretamente em resultados do período.

As operações com instrumentos financeiros e derivativos efetuadas em negociação associada à operação de captação de recursos, com o mesmo prazo de vencimento e com a mesma contraparte da operação associada, não são ajustadas a mercado, conforme Circular n.º 3.150, de 11/09/2002, do Banco Central do Brasil.

f. Relações Interfinanceiras - Os créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, são registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de Crédito - Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos ao setor privado, com operações efetuadas as taxas pré e pós-fixadas. São demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos e atualizações monetárias até a data do balanço, retificados das rendas a apropriar, quando aplicável.

h. Arrendamento Mercantil - As operações são contabilizadas da seguinte forma:

h.1 Arrendamentos a Receber - Registra o valor das prestações a receber no prazo do contrato, atualizado monetariamente de acordo com os índices e critérios estabelecidos contratualmente.

h.2 Rendas de Arrendamento a Apropriar - Conta retificadora do ativo que registra as prestações a receber no prazo do contrato e são atualizadas monetariamente na forma dos arrendamentos a receber. A apropriação ao resultado é efetuada no momento em que as contraprestações se tornam exigíveis.

h.3 Imobilizado de Arrendamento - Demonstrado ao custo menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando as seguintes taxas anuais, para arrendamento de bens novos, 10% para móveis, 5% ou 10% para máquinas e equipamentos, 20% para veículos, 20% para equipamentos de informática e 5% ou 10% para outros bens. Para arrendamento de bens usados, as cotas anuais de depreciação, serão atribuídas pelo prazo restante de vida útil maior entre a metade do prazo de vida útil admissível para o bem arrendado novo e o restante da vida útil do bem, considerando esta em relação à primeira instalação para utilização, com o benefício de redução de 30% na vida útil do bem, previstos na legislação vigente. Está composto por:



	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Móveis.....	993	937
Máquinas e Equipamentos.....	113.203	119.667
Veículos e Afins.....	101.202	107.593
Equipamentos de Informática.....	6.608	9.022
Outros Bens.....	1.965	2.667
Perdas em Arrendamento a Amortizar (líquido)....	228	313
Subtotal.....	224.199	240.199
Depreciações Acumuladas.....	(116.864)	(114.060)
Superveniência de Depreciação.....	107.972	106.761
Total.....	215.307	232.900

h.4 Superveniência (Insuficiência) de Depreciação - A Instituição ajustou sua carteira de arrendamento mercantil pela diferença apurada entre o valor contábil dos contratos e o valor presente de sua carteira à taxa interna de retorno de cada contrato. O valor do ajuste é reconhecido como Superveniência (Insuficiência) de Depreciação no imobilizado de arrendamento, em contrapartida com conta de resultado, objetivando compatibilizar as práticas contábeis, conforme Circular n.º 1.429, de 20/01/1989, do Banco Central do Brasil.

h.5 Resultado de Superveniência e Insuficiência de Depreciação - As Rendas de Arrendamento - Recursos Internos - Superveniência de Depreciação e as Despesas de Arrendamento - Insuficiência de Depreciação contabilizadas no 1º semestre de 2011 foram de R\$ 6.896 (R\$ 10.605 em 2010), R\$ 2.583 (R\$ 3.717 em 2010), respectivamente.

h.6 Resultado na Alienação quando da Opção de Compra:

- Lucro - reconhecido por ocasião do exercício da opção de compra;
- Prejuízo - diferido para amortização no prazo de vida útil remanescente do bem, registrado em perdas em arrendamento a amortizar.

h.7 As operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas nas Demonstrações Financeiras do 2º trimestre de 2011 nos títulos contábeis de arrendamento a receber, pelo valor presente, e de receitas de operações de arrendamento mercantil. Os saldos são os seguintes:

	Banestes Múltiplo e Consolidado					
	30/06/2011			31/12/2010		
	Saldos Contabilizados	Reclassificações	Saldos nas Demonstrações Contábeis	Saldos Contabilizados	Reclassificações	Saldos nas Demonstrações Contábeis
Operações de Arrendamento a Receber						
Ativo Circulante.....	607	56.041	56.648	610	9.092	9.702
Ativo Realizável a Longo Prazo.....	-	61.118	61.118	-	124.626	124.626
Bens não de Uso Próprio de Arrendamento.....	14	(14)	-	14	(14)	-
Imobilizado de Arrendamento.....	215.079	(215.079)	-	232.587	(232.587)	-
Diferido de Arrendamento.....	228	(228)	-	313	(313)	-
Credores por Antecipação do Valor Residual						
Passivo Circulante.....	39.841	(39.841)	-	44.761	(44.761)	-
Passivo Exigível a Longo Prazo.....	58.321	(58.321)	-	54.435	(54.435)	-
Saldos.....			117.766			134.328

Movimentação do Resultado

	Trimestres findos em 30 de junho					
	2011			2010		
Receitas de Oper. de Arrendamento Mercantil...	21.939	(16.020)	5.919	22.561	(15.778)	6.783
Despesas de Oper. de Arrendamento Mercantil..	(16.020)	16.020	-	(15.778)	15.778	-
	Semestres findos em 30 de junho					
	2011			2010		
Receitas de Oper. de Arrendamento Mercantil...	42.144	(30.371)	11.773	46.943	(33.236)	13.707
Despesas de Oper. de Arrendamento Mercantil..	(30.371)	30.371	-	(33.236)	33.236	-



i. Cartões de Crédito - As compras efetuadas pelos clientes nos cartões de crédito são registradas até o vencimento das faturas, inclusive compras à vista e parcelado loja no título contábil 1.8.8.80.10-2 - Títulos e Créditos a Receber - Com Características de Concessão de Créditos em contrapartida com os títulos contábeis 4.9.9.92.00-7 - Credores Diversos País, descontadas das comissões pagas pelos estabelecimentos comerciais, contabilizadas no título contábil 7.1.7.99.00-3 - Rendas de Prestação de Serviços - Taxa de Administração. Até 31/01/2011, o título do ativo que registrava esses valores era 1.8.3.70.00-7 - Serviços Prestados a Receber sendo substituído pelo título contábil 1.8.8.80.10-2 a partir de 28/02/2011.

Os saques financiados, faturas em atraso, rotativo e compras parceladas com juros, pelo emissor, são contabilizados no título contábil 1.6.1.20.00-8 - Empréstimos - Pessoa Física.

j. Cartões Alimentação e Tíquetes Refeição - Registrado, quando efetuada a venda dos créditos nos cartões alimentação e tíquetes refeição no título contábil 1.8.3.70.00-7 - Serviços Prestados a Receber em contrapartida com o título contábil 4.9.9.92.00-7 - Credores Diversos - País. A receita de comissão é contabilizada no título contábil 7.1.7.99.00-3 - Rendas de Prestação de Serviços - Taxa de Administração, quando da emissão dos créditos alimentação e tíquetes refeição e por ocasião da solicitação de reembolso pela rede credenciada.

k. Provisão para Perdas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito - Foi constituída sobre créditos concedidos com base no nível de risco de cada cliente e operação, considerando suas garantias, conjuntura econômica e histórico creditício, em conformidade com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional n.º 2.682, de 21/12/1999 e n.º 2.697, de 24/02/2000 e nas Cartas-Circulares n.º 2.899, de 01/03/2000 e n.º 2.903, de 23/03/2000, do Banco Central do Brasil. A Instituição utiliza da permissibilidade admitida pelo parágrafo 2º do art. 4º da Resolução n.º 2.682/1999, aplicando às operações de crédito com prazo a decorrer superior a 36 meses, a contagem em dobro dos prazos referidos no inciso I do artigo retromencionado, para fins da classificação nos respectivos níveis de risco.

l. Estimativas Contábeis - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e permitem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas, incluem as provisões técnicas, o valor de realização dos ativos, as provisões para contingências, dentre outros. A Administração da Instituição revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

m. Operações de Seguro de Danos e Pessoas - Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão das apólices e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência de risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização.

n. Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

Foram constituídas em conformidade com as Resoluções CNSP nº 162/06, nº 181/07, nº 195/08 e nº 204/09, sendo:

- Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Emitidos (PPNG/RVE) – constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações de despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes na data-base de cálculo. O cálculo da PPNG apura a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos de seguro em vigor no mês de sua constituição. É calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.
- Provisão de Prêmios Não Ganhos – Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG/RVNE) – tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos e que estão em processo de emissão. A PPNG/RVNE é calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.
- Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) – fundamentada em método prospectivo e constituída quando constatada insuficiência do saldo da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando as indenizações e as despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes na data-base de cálculo. A PIP é calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.
- Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela Seguradora. Para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos

Notas Explicativas

reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora. A PSL é calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.

- Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) - para os seguros de danos e pessoas é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela Seguradora, sendo calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA. A provisão dos sinistros ocorridos e não avisados do ramo do Seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores - DPVAT é constituída com base nos valores informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

- Provisão Complementar de Prêmios (PCP) - constituída mensalmente para garantir a complementação da PPNG, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, assumidos pela Seguradora. A PCP é calculada com base em Nota Técnica Atuarial - NTA.

- Provisão Matemática de Benefício a Conceder (PMBaC) - abrange os compromissos assumidos pela entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora com os participantes ou segurados do respectivo plano, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.

- Outras provisões correspondem, substancialmente, à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que é constituída com o objetivo de cobrir o déficit administrativo, com base nos recursos oriundos dos resultados administrativos apurados mensalmente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

o. Teste de adequação dos passivos (TAP) - A seguradora deve avaliar, a cada data de balanço, se seu passivo por contrato de seguro está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro vigentes à data de levantamento da demonstrações financeiras. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O TAP considera premissas atuais e a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e acessórias para liquidação de sinistros e ainda as determinações da circular Susep nº 410 de 22 de dezembro de 2010) - O estudo do TAP, na data base de 30 de junho de 2011, demonstra suficiência de provisões técnicas da Seguradora. O referido teste de adequação de passivos não se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e DPEM.

p. Despesas Antecipadas - São contabilizadas as aplicações de recursos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

q. Investimentos Permanentes - Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (nota 14). Os demais investimentos são avaliados pelo valor de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995 e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

r. Imobilizado - O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, corrigidos monetariamente até 31/12/1995 e da provisão para perdas por imparidade, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 10% para Móveis e Equipamentos de Uso, Sistemas de Comunicação e de Segurança; 20% para Sistemas de Processamento de Dados e Transportes e 4% para Imóveis de Uso - Edificações.

Os Imóveis de Uso Próprio, Terrenos e Edificações, foram reavaliados com data-base de 31/10/2005 e a partir dessa data as Edificações passaram a ser depreciadas com base no prazo remanescente de vida útil dos imóveis indicados no Laudo de Avaliação.

s. Diferido - É demonstrado ao custo incorrido, menos amortização acumulada. É amortizado pelo método linear, em até 5 (cinco) anos ou de acordo com os prazos contratuais de locação. Está composto por:

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Gastos em Imóveis de Terceiros (1).....	3.072	3.645	3.077	3.651
Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais (2).....	3.119	3.815	3.119	3.815
Outros Gastos (3).....	1.075	1.310	1.076	1.311
Total.....	7.266	8.770	7.272	8.777

Notas Explicativas



(1) e (3) Reclassificado no Balanço Patrimonial para Imobilizado de Uso - Outras Imobilizações de Uso;
(2) Reclassificado no Balanço Patrimonial para o Intangível.

Conforme a Lei n.º 11.638/07 o ativo diferido ficou restrito às despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação e a Lei n.º 11.941/09, extinguiu o diferido e permitiu que o saldo existente em 31/12/2008 que, pela sua natureza, não pudesse ser alocado a outro grupo de contas, permanecesse no ativo sob essa classificação até sua completa amortização.

t. Intangível - De acordo com a Lei n.º 11.638, de 28/12/2007, que alterou a Lei das Sociedades por Ações, a partir do exercício social que se encerrou em 31/12/2008, o ativo permanente passou a contemplar o subgrupo “Intangível” e incluiu, formalmente, os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade, inclusive o *goodwill* adquirido.

O Banco Central do Brasil divulgou em 03/12/2008 a Carta-Circular n.º 3.357, criando no COSIF o subgrupo Ativo Intangível, com desdobramento dos Títulos Direitos por Aquisições de Folhas de Pagamento e Outros Ativos Intangíveis, cujo saldo registra os valores pagos na aquisição de outros ativos intangíveis identificáveis, adquiridos a partir da data de entrada em vigor da referida Carta-Circular.

O BANESTES não possui direitos na aquisição de folhas de pagamento, manteve o saldo contabilizado no diferido e reclassificou, para fins de publicação, no Balanço Patrimonial para os subgrupos Imobilizado de Usos e Intangível.

u. Valor Recuperável de Ativos - Impairment - A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 não existiram indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Essa avaliação é efetuada anualmente no 4º trimestre de cada exercício.

v. Depósitos a Prazo, de Poupança, Interfinanceiros, Captações no Mercado Aberto, Obrigações por Emissão de Letras Hipotecárias e de Crédito Imobiliário e Obrigações por Empréstimos e Repasses - As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pelas contas de despesas a apropriar e as operações pós-fixadas pelo valor presente, atualizadas pela taxa de juros e variação monetária, “pró-rata” dia até a data do balanço. Os compromissos de recompra ou compra de títulos de renda fixa, a preço fixo, estão integralmente lastreados pela carteira própria e por compromisso de revenda ou venda.

w. Apropriação das Rendas de Operações de Créditos, das Despesas de Depósitos, de Letras de Crédito Imobiliário e Hipotecário e de Obrigações por Empréstimos e Repasses - As operações ativas e passivas contratadas com encargos prefixados são contabilizadas pelo montante pactuado (principal e encargos), sendo que a contrapartida do montante dos encargos é registrada nas contas retificadoras de “rendas e despesas a apropriar”. Os rendimentos e os encargos escriturados nas contas retificadoras são apropriados mensalmente às respectivas contas de receitas e despesas efetivas, em razão da fluência dos prazos das operações.

As operações ativas e passivas com rendimentos/encargos postecipados, são contabilizadas pelo valor inicial nas contas que registram os direitos e obrigações. Mensalmente, são escriturados nessas contas os juros e os ajustes do principal das operações decorrentes da variação da unidade de correção, a crédito e a débito das respectivas contas de receitas e de despesas efetivas.

x. Receitas Diferidas - Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionadas a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

y. Tributos - Calculados às alíquotas a seguir demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Notas Explicativas

• Imposto de Renda.....	15%
• Adicional de Imposto de Renda.....	10%
• Contribuição Social - Setor Financeiro e Segurador.....	15%
• Contribuição Social - Setor de Corretagens.....	9%
• Cofins.....	4%
• Pis.....	0,65%
• ISS.....	Até 5%

As alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31/12/2007.

z. **Diferenças no Patrimônio Líquido entre Banestes Múltiplo e Banestes Consolidado** - Em 30 de junho de 2011, existe diferença no patrimônio líquido quando se comparam as Demonstrações Financeiras Consolidadas com as da Instituição Controladora, como segue:

	Patrimônio Líquido	
	30/06/2011	31/12/2010
Banestes Múltiplo.....	819.554	791.169
Lucro na Venda de Ações da Cielo.....	(1.261)	(1.158)
Banestes Consolidado.....	818.293	790.011

A diferença é composta por eliminação de lucros não realizados na alienação da quantidade de 80.000 (oitenta mil) ações da Cielo do controlador BANESTES S.A. para a controlada BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. pelo preço de R\$ 1.367 cujo efeito no resultado entre a controladora e consolidado em 2009 foi de R\$ 1.333 negativo no lucro líquido e consequentemente no Patrimônio Líquido. Em maio de 2011 houve bonificação de 20% das ações e, posteriormente, um grupamento na proporção de 3 ações para 1 ação, resultando na quantidade de 31.999 (trinta e um mil, novecentos e noventa e nove) ações. Em 30 de junho de 2011, o efeito negativo no Patrimônio Líquido Consolidado é de R\$ 1.261.

aa. **Evento subsequente** - ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes);
- os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Disponibilidades.....	124.807	120.481	125.063	120.621
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*).....	1.722.402	932.702	1.722.402	932.702
Aplicações no Mercado Aberto.....	1.722.402	932.702	1.722.402	932.702
Total.....	1.847.209	1.053.183	1.847.465	1.053.323

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias.



5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Aplicações no Mercado Aberto.....	2.982.400	2.992.866
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada.....	1.722.402	932.702
Letras Financeiras do Tesouro.....	1.558.401	108.713
Letras do Tesouro Nacional.....	164.001	811.007
Notas do Tesouro Nacional.....	-	12.982
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada.....	1.259.998	2.060.164
Letras Financeiras do Tesouro.....	1.259.998	1.702.958
Letras do Tesouro Nacional.....	-	300.000
Notas do Tesouro Nacional.....	-	57.206
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	10.548	17.398
Aplicações em Dep. Interfinanceiros - Não Ligadas.....	10.548	17.398
Total.....	2.992.948	3.010.264

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

a. Classificação por Tipo de Papel

Tipo de Papel	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Carteira Própria.....	869.836	1.093.291	1.002.935	1.223.093
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	440.934	652.028	468.227	676.092
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	-	2.697	-	2.697
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	-	-	3.058	-
Títulos Públicos Federais - CVS.....	397.425	408.037	397.425	408.037
Certificados de Depósitos Bancários - CDB.....	-	-	32.344	41.206
Cédula de Crédito Bancário - CCB.....	6.200	7.331	6.200	7.331
Depósito a Prazo com Garantia - FGC.....	-	-	9.658	13.428
Cotas de Fundos de Investimento - FIDC.....	4.657	5.420	6.580	7.231
Fundos de Investimento.....	-	-	58.766	49.237
Ações de Companhias Abertas.....	20.617	17.776	20.651	17.810
Outros.....	3	2	26	24
Vinculados a Compromissos de Recompras.....	799.302	567.093	799.302	567.093
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	799.302	567.093	799.302	567.093
Vinculados a Prestação de Garantias.....	26.697	30.140	26.697	30.140
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	26.697	30.140	26.697	30.140
Instrumentos Financeiros e Derivativos.....	438	426	438	426
Operações de Swap.....	438	426	438	426
Total.....	1.696.273	1.690.950	1.829.372	1.820.752

Notas Explicativas



b. Classificação por Tipo de Papel e Vencimento

Banestes Múltiplo								
30/06/2011								
Papel	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de Mercado/Contábil	Custo de Aquisição Atualizado
Títulos Para Negociação (*)	-	4.657	17.291	-	80.581	102.064	204.593	204.602
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	-	17.291	-	80.581	102.064	199.936	199.945
Cotas de Fundo de Investimentos - FIDC.....	-	4.657	-	-	-	-	4.657	4.657
Disponível Para Venda	20.617	-	-	-	-	-	20.617	22.705
Ações de Companhias Abertas.....	20.617	-	-	-	-	-	20.617	22.705
Títulos Mantidos Até o Vencimento	-	37.251	263.682	161.159	656.110	352.861	1.471.063	1.471.063
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	-	147.379	-	656.110	-	803.489	803.489
Letras Financeiras do Tesouro - LFT A.....	-	25.080	79.869	158.559	-	-	263.508	263.508
Compensação das Var. Salariais - CVS.....	-	11.187	33.380	-	-	352.858	397.425	397.425
Cédula de Crédito Bancário - CCB.....	-	691	2.909	2.600	-	-	6.200	6.200
Outros.....	-	-	-	-	-	3	3	3
Instrumentos Financeiros e Derivativos.....	-	293	145	-	-	-	438	438
Total	20.617	41.908	280.973	161.159	736.691	454.925	1.696.273	1.698.370

Banestes Consolidado								
30/06/2011								
Papel	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de Mercado/Contábil	Custo de Aquisição Atualizado
Títulos Para Negociação (*)	-	28.748	52.771	-	80.581	102.064	264.164	264.173
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	-	17.291	-	80.581	102.064	199.936	199.945
Cotas de Fundos de Investimentos - FIDC.....	-	4.657	-	-	-	-	4.657	4.657
Certificados de Depósitos Bancários - CDB.....	-	24.091	8.253	-	-	-	32.344	32.344
Fundos de Investimento.....	-	-	27.227	-	-	-	27.227	27.227
Disponível Para Venda	20.651	-	28.763	15.379	10.442	9.229	84.464	86.570
Ações de Companhias Abertas.....	20.651	-	-	-	-	-	20.651	22.739
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	-	2.848	7.832	10.442	6.171	27.293	27.294
Cotas de Fundos de Investimentos - FIDC.....	-	-	-	1.923	-	-	1.923	1.923
Fundos de Investimento.....	-	-	25.915	5.624	-	-	31.539	31.539
Notas do Tesouro Nacional – NTN.....	-	-	-	-	-	3.058	3.058	3.075
Títulos Mantidos Até o Vencimento	-	37.251	271.272	163.250	656.110	352.861	1.480.744	1.480.744
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	-	147.379	-	656.110	-	803.489	803.489
Letras Financeiras do Tesouro - LFT A.....	-	25.080	79.869	158.559	-	-	263.508	263.508
Compensação das Var. Salariais - CVS.....	-	11.187	33.380	-	-	352.858	397.425	397.425
Cédula de Crédito Bancário - CCB.....	-	691	2.909	2.600	-	-	6.200	6.200
Depósito a Prazo com Garantia FGC.....	-	-	7.567	2.091	-	-	9.658	9.658
Outros.....	-	-	23	-	-	3	26	26
Instrumentos Financeiros e Derivativos.....	-	293	145	-	-	-	438	438
Total	20.651	65.999	352.806	178.629	747.133	464.154	1.829.372	1.831.487

Notas Explicativas



Banestes Múltiplo

31/12/2010

Papel	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de Mercado/ Contábil	Custo de Aquisição Atualizado
Títulos Para Negociação (*)	-	52.611	-	11.245	76.359	104.048	244.263	244.271
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	47.191	-	11.245	76.359	104.048	238.843	238.851
Cotas de Fundos de Investimentos - FIDC.....	-	5.420	-	-	-	-	5.420	5.420
Disponível Para Venda	17.776	-	-	-	-	-	17.776	22.705
Ações de Companhias Abertas.....	17.776	-	-	-	-	-	17.776	22.705
Títulos Mantidos Até o Vencimento	-	159.759	112.937	291.082	501.957	363.176	1.428.911	1.428.911
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	121.019	-	139.657	501.957	-	762.633	762.633
Letras Financeiras do Tesouro - LFT A.....	-	23.777	75.550	148.458	-	-	247.785	247.785
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	-	2.697	-	-	-	-	2.697	2.697
Compensação das Var. Salariais - CVS.....	-	11.277	33.586	-	-	363.174	408.037	408.037
Cédula de Crédito Bancário - CCB.....	-	859	3.505	2.967	-	-	7.331	7.331
Outros.....	-	-	-	-	-	2	2	2
Instrumentos Financeiros e Derivativos.....	-	130	296	-	-	-	426	426
Total	17.776	212.370	112.937	302.327	578.316	467.224	1.690.950	1.695.887

Banestes Consolidado

31/12/2010

Papel	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de Mercado/ Contábil	Custo de Aquisição Atualizado
Títulos Para Negociação (*)	-	71.642	45.206	11.245	76.359	104.048	308.500	308.508
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	47.191	-	11.245	76.359	104.048	238.843	238.851
Cotas de Fundos de Investimentos - FIDC.....	-	5.420	-	-	-	-	5.420	5.420
Certificados de Depósitos Bancários - CDB.....	-	19.031	22.175	-	-	-	41.206	41.206
Fundos de Investimento.....	-	-	23.031	-	-	-	23.031	23.031
Disponível Para Venda	17.810	9.895	24.786	12.003	5.397	-	69.891	74.819
Ações de Companhias Abertas.....	17.810	-	-	-	-	-	17.810	22.739
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	9.895	5.398	3.374	5.397	-	24.064	24.063
Cotas de Fundos de Investimentos - FIDC.....	-	-	-	1.811	-	-	1.811	1.811
Fundos de Investimento.....	-	-	19.388	6.818	-	-	26.206	26.206
Títulos Mantidos Até o Vencimento	-	159.759	119.346	298.123	501.957	363.176	1.442.361	1.442.361
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	121.019	-	139.657	501.957	-	762.633	762.633
Letras Financeiras do Tesouro - LFT A.....	-	23.777	75.550	148.458	-	-	247.785	247.785
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	-	2.697	-	-	-	-	2.697	2.697
Compensação das Var. Salariais - CVS.....	-	11.277	33.586	-	-	363.174	408.037	408.037
Cédula de Crédito Bancário - CCB.....	-	859	3.505	2.967	-	-	7.331	7.331
Depósito a Prazo com Garantia - FGC.....	-	-	6.387	7.041	-	-	13.428	13.428
Outros.....	-	-	22	-	-	2	24	24
Instrumentos Financeiros e Derivativos.....	-	130	296	-	-	-	426	426
Total	17.810	241.296	189.338	321.371	583.713	467.224	1.820.752	1.825.688

(*) No Balanço Patrimonial, os Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria títulos para negociação são apresentados no Ativo Circulante, conforme determina o parágrafo único do artigo 7º, da Circular n.º 3.068/02, do Banco Central do Brasil.

O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços de mercado secundário divulgado pela ANDIMA. Para os CVS e LFT A foram utilizados o valor de custo de aquisição atualizado em função da falta de parâmetros para cálculo do ajuste ao valor de mercado.

Notas Explicativas

c. Ganhos e Perdas Não Realizados - Relativos a Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria Disponível para Venda - Próprios e de Controladas, contabilizados no Patrimônio Líquido, foram os seguintes:

	Saldo	Ganho	Perda	Transferido para	Saldo
Títulos Disponíveis para Venda	31/03/2011	Não Realizado		Resultado por	30/06/2011
		Líquido de Impostos		Alienação	
Próprios	(1.777)	1.524	(94)	(905)	(1.252)
De Controladas	(155)	95	(31)	-	(91)
Total	(1.932)	1.619	(125)	(905)	(1.343)

	Saldo	Ganho	Perda	Transferido para	Saldo
Títulos Disponíveis para Venda	31/12/2009	Não Realizado		Resultado por	31/12/2010
		Líquido de Impostos		Alienação	
Próprios	(1.035)	-	(1.498)	(424)	(2.957)
De Controladas	71	-	(174)	(71)	(174)
Total	(964)	-	(1.672)	(495)	(3.131)

d. Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários - No 1º semestre de 2011 e no exercício de 2010 não ocorreram reclassificações nas categorias de Títulos e Valores Mobiliários.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

O BANESTES utiliza instrumentos derivativos (*swap*) para atender às necessidades de seus clientes. Os contratos, são em sua totalidade, associados às operações de captação de recursos, com mesmo prazo de vencimento e com a mesma contraparte da operação associada, não sendo ajustados a mercado, conforme Circular n.º 3.150, de 11/09/2002, do Banco Central do Brasil. As operações apresentam os devidos controles de gerenciamento de risco e estão pautadas dentro da política de atuação e estratégia da Instituição.

As operações no mercado de derivativos apresentam os seguintes saldos:

Banestes Múltiplo e Consolidado						
Operações de Swap	30/06/2011			31/12/2010		
	Valor do Principal	Posição Atualizada	Valor a Receber (a Pagar) (*)	Valor do Principal	Posição Atualizada	Valor a Receber (a Pagar) (*)
Posição Ativa TR	41.788	43.732	437	28.143	30.054	425
Posição Passiva DI	41.788	43.295	-	28.143	29.629	-

(*) Os valores apresentados na coluna Valor a receber (a pagar) estão sendo apresentados líquidos em 30/06/2011, ou seja o valor a receber de R\$438 deduzido do valor a pagar de R\$1.

Em 30 de junho de 2011, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros estão compatíveis com os valores contábeis.

8. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Estão compostas por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, por créditos vinculados representados por cumprimentos das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros recursos, por créditos junto ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH, por Depósitos Especiais no IRB - Resseguros do Brasil e por Correspondentes, conforme demonstrados a seguir:

Notas Explicativas



Descrição	Forma de Remuneração	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
		30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....	Sem Remuneração	41.392	372	41.392	372
Depósitos no Banco Central do Brasil.....		471.311	475.385	471.311	475.385
Depósitos à Vista e Outros Recursos.....	Sem Remuneração	158.592	188.392	158.592	188.392
Depósitos de Poupança.....	Índice Poupança	287.427	261.698	287.427	261.698
Outros Depósitos.....	Sem Remuneração	4.200	4.584	4.200	4.584
Compulsório sobre Microcrédito.....	Sem Remuneração	7.103	6.722	7.103	6.722
Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural.....	Sem Remuneração	13.989	13.989	13.989	13.989
Sistema Financeiro da Habitação.....		147.362	144.608	147.362	144.608
SFH - Depósitos no FAHBRE.....	TR + Juros	-	68	-	68
SFH - FGTS a Ressarcir.....	Sem Remuneração	83	-	83	-
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais.	TR + Juros	159.825	154.716	159.825	154.716
Provisão para Perdas com FCVS.....	Sem Remuneração	(12.546)	(10.176)	(12.546)	(10.176)
Depósitos Especiais no IRB - Resseguros do Brasil.....	DI - Cetip	-	-	84	81
Correspondentes.....	Sem Remuneração	3.789	3.485	3.789	3.485
Total.....		663.854	623.850	663.938	623.931

9. CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS

a. Classificação das Operações

Itens	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Adiantamentos a Depositantes.....	1.041	353
Empréstimos.....	2.409.358	2.386.298
- Cessão de Créditos Adquiridos com Coobrigação do Cedente.....	540.806	655.497
- Operações com Cartão de Crédito.....	26.897	23.517
- Demais Modalidades de Empréstimos.....	1.841.655	1.707.284
Títulos Descontados.....	118.789	100.761
Financiamentos.....	324.216	305.227
Financiamentos em Moedas Estrangeiras.....	10.432	12.123
Financiamentos Rurais.....	303.253	338.266
Financiamentos Imobiliários.....	36.028	44.988
Total de Operações de Créditos (1).....	3.203.117	3.188.016
Arrendamento Mercantil.....	117.766	134.328
Total de Arrendamento Mercantil (2).....	117.766	134.328
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio.....	189.507	195.775
Operações com Cartão de Crédito (*).....	64.716	-
Outros Créditos c/ Características de Concessão de Créditos.....	15.058	16.918
Total de Outros Créditos c/ Características de Concessão de Créditos (3).....	269.281	212.693
Total da Carteira de Op. de Créditos, Ar. Mercantil e Outros Créditos c/ Características de Concessão de Créditos (1+2+3).....	3.590.164	3.535.037
(Provisão para Perdas de Op. de Créditos, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos c/ Característica de Concessão de Créditos) (4).....	(170.385)	(178.682)
Total da Carteira de Crédito Líquido de PDD (1+2+3+4).....	3.419.779	3.356.355

(*) Se em 31/12/2010, o Banestes tivesse utilizado o mesmo critério para contabilizar operações com cartão de crédito, no que se refere as compras à vista e parcelado lojaista, o valor registrado em Títulos e Créditos a Receber - Com Característica de Concessão de Crédito, seria R\$ 68.992, o que geraria uma provisão para perdas de aproximadamente R\$ 292.

**b. Vencimento e Direcionamento dos Créditos**

Banestes Múltiplo e Consolidado										
Créditos	30/06/2011					31/12/2010				
	Prestações Vencidas	Prestações a Vencer				Prestações Vencidas	Prestações a Vencer			
	a partir de 15 dias	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	acima de 1 ano	Total	a partir de 15 dias	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	acima de 1 ano	Total
Setor Público...	2.246	849	280	-	3.375	613	918	1.998	-	3.529
Municipal.....	2.246	849	280	-	3.375	613	918	1.998	-	3.529
Setor Privado...	71.087	737.315	1.122.303	1.656.084	3.586.789	85.727	762.969	910.027	1.772.785	3.531.508
Comércio.....	7.879	196.883	207.892	114.950	527.604	7.005	241.980	132.907	133.463	515.355
Habitação.....	1.618	2.237	6.092	26.081	36.028	1.340	11.037	8.368	24.243	44.988
Indústria.....	15.551	154.763	207.395	264.302	642.011	27.961	169.336	154.371	287.650	639.318
Int. Financeiros.	-	786	2.055	18.733	21.574	22	579	2.165	18.922	21.688
Outros Serviços.	8.158	79.492	84.476	135.833	307.959	9.974	60.260	79.493	154.576	304.303
Pessoas Físicas..	34.396	262.426	475.509	976.029	1.748.360	37.499	185.605	420.986	1.023.500	1.667.590
Rural.....	3.485	40.728	138.884	120.156	303.253	1.926	94.172	111.737	130.431	338.266
Total.....	73.333	738.164	1.122.583	1.656.084	3.590.164	86.340	763.887	912.025	1.772.785	3.535.037

c. Cessão de Créditos Adquiridos com Coobrigação do Cedente - BANESTES como Cessionário

O Conselho de Administração aprovou recomendações do Comitê de Mercado do BANESTES, para realização de aplicação em operações de cessão de créditos consignados com objetivo de manter a boa liquidez do Banco, otimizando caixa e, conseqüentemente, gerando maior retorno para o acionista.

A Instituição comprou operações de créditos consignados de outras instituições financeiras, com taxas prefixadas, com prazo máximo de 60 meses, e todas contratadas com coobrigações dos cedentes.

O BANESTES registra essas operações na carteira de crédito no título contábil 1.6.1.20.00-8 - Empréstimos - Pessoa Física, pelo valor futuro retificadas pelas rendas a apropriar e contabilizadas no resultado no título contábil 7.1.1.05.00-6 - Rendas de Empréstimos, segundo o regime de competência.

Demonstramos a seguir as movimentações ocorridas nessa Carteira nos 2º e 1º trimestres de 2011 e exercício de 2010:

Descrição	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	30/06/2011	31/03/2011
Saldo no Início do Trimestre.....	597.255	655.497
(+) Novas Aplicações.....	-	-
(-) Amortizações e Recompras.....	77.614	81.349
(+) Rendas Apropriadas.....	21.165	23.107
Saldo no Final do Trimestre.....	540.806	597.255

Descrição	Banestes Múltiplo e Consolidado			
	31/12/2010	30/09/2010	30/06/2010	31/03/2010
Saldo no Início do Trimestre.....	726.921	686.760	726.981	750.250
(+) Novas Aplicações.....	-	124.359	26.211	50.440
(-) Amortizações e Recompras.....	97.845	109.869	93.483	101.452
(+) Rendas Apropriadas.....	26.421	25.671	27.051	27.743
Saldo no Final do Trimestre.....	655.497	726.921	686.760	726.981



Em 28 de abril de 2011, o Banco Central do Brasil, através do Ato-Prezi n.º 1.185, decretou intervenção no Banco Morada S.A. em decorrência de comprometimento patrimonial, do descumprimento de normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e do fato de seus controladores não terem apresentado um plano de recuperação viável para a instituição.

O BANESTES detém operações de aquisição de créditos consignados com coobrigação do cedente com a mencionada Instituição, cujo valor presente das operações, em 30 de junho de 2011, era de R\$ 31.055. O fluxo de recursos que o Banco Morada deveria repassar ao BANESTES, até 30 de junho era de R\$ 2.823 sendo efetivamente repassado R\$ 948, desse montante R\$ 318 referente a repasses e R\$ 630 à liquidações antecipadas. A provisão está constituída conforme premissas da Resolução n.º 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional.

d. Créditos por Nível de Risco

Banestes Múltiplo e Consolidado												
30/06/2011						31/12/2010						
Nível de Risco	Saldo da Carteira				Provisão		Saldo da Carteira				Provisão	
	Operações				% Const.	Saldo	Operações				% Const.	Saldo
	Curso Normal	Curso Anormal	Saldo Total	%			Curso Normal	Curso Anormal	Saldo Total	%		
AA	1.953.388	-	1.953.388	54,4	-	-	2.030.940	-	2.030.940	57,5	-	-
A	718.394	-	718.394	20,0	0,5	3.592	669.660	-	669.660	18,9	0,5	3.349
B	417.412	44.503	461.915	12,9	1,0	4.619	428.290	54.637	482.927	13,7	1,0	4.829
C	136.898	29.860	166.758	4,6	3,0	5.003	65.934	24.002	89.936	2,5	3,0	2.698
Subtotal	3.226.092	74.363	3.300.455	91,9		13.214	3.194.824	78.639	3.273.463	92,6		10.876
D	46.122	70.717	116.839	3,3	10,0	11.684	38.683	14.007	52.690	1,5	10,0	5.269
E	4.010	13.892	17.902	0,5	30,0	5.371	7.211	32.241	39.452	1,1	30,0	11.835
F	4.013	8.210	12.223	0,3	50,0	6.111	7.767	8.977	16.744	0,5	50,0	8.372
G	10.137	18.996	29.133	0,8	70,0	20.393	12.881	21.646	34.527	1,0	70,0	24.169
H	11.141	102.471	113.612	3,2	100,0	113.612	25.312	92.849	118.161	3,3	100,0	118.161
Subtotal	75.423	214.286	289.709	8,1		157.171	91.854	169.720	261.574	7,4		167.806
Total	3.301.515	288.649	3.590.164	100,0		170.385	3.286.678	248.359	3.535.037	100,0		178.682
%	92,0	8,0	100,0			4,7	93,0	7,0	100,0			5,1

e. Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Créditos, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Créditos

Banestes Múltiplo e Consolidado			
	1º Semestre	30/06/2011	31/03/2011
Saldo Inicial da Prov. p/ Perdas da Carteira de Créditos.....	178.682	161.503	178.682
(+) Constituição/Complemento.....	90.656	48.238	42.418
(-) Reversão.....	46.516	9.435	37.081
Efeito Líquido no Resultado.....	44.140	38.803	5.337
(-) Transferência para Prejuízo (Contas de Compensação).....	52.437	29.921	22.516
Saldo Final da Prov. p/ Perdas da Carteira de Créditos.....	170.385	170.385	161.503
- Provisão para Perdas de Operação de Créditos.....	143.717	143.717	135.552
- Provisão para Perdas de Arrendamento Mercantil.....	7.176	7.176	8.151
- Provisão para Out. Créd. Com Carac. de Conc. de Crédito.....	19.492	19.492	17.800

Notas Explicativas



	Banestes Múltiplo e Consolidado				
	Exercício 2010	31/12/2010	30/09/2010	30/06/2010	31/03/2010
Saldo Inicial da Prov. p/ Perdas da Carteira de Créditos.	245.624	220.524	230.928	239.374	245.624
(+) Constituição/Complemento.....	179.418	34.480	45.672	45.021	54.245
(-) Reversão.....	118.698	51.589	27.150	18.912	21.047
Efeito Líquido no Resultado.....	60.720	(17.109)	18.522	26.109	33.198
(-) Transferência para Prejuízo (Contas de Compensação).....	127.662	49.833	28.926	34.555	39.448
Saldo Final da Prov. p/ Perdas da Carteira de Créditos.....	178.682	178.682	220.524	230.928	239.374
- Provisão para Perdas de Operação de Créditos.....	151.000	151.000	193.974	198.227	204.545
- Provisão para Perdas de Arrendamento Mercantil.....	8.172	8.172	8.327	9.662	10.334
- Provisão para Out. Créd. Com Carac. de Conc. de Crédito.	19.510	19.510	18.223	23.039	24.495

f. Concentração dos Créditos

Descrição	Banestes Múltiplo e Consolidado			
	30/06/2011		31/12/2010	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
10 maiores devedores.....	660.064	18,4	762.290	21,6
50 seguintes maiores devedores.....	520.189	14,5	538.361	15,2
100 seguintes maiores devedores.....	381.109	10,6	381.426	10,8
Demais devedores.....	2.028.802	56,5	1.852.960	52,4
Total da Carteira.....	3.590.164	100,0	3.535.037	100,0

g. Montante de Operações Renegociadas e Recuperadas

No 2º trimestre de 2011 foram renegociadas Operações de Crédito no montante de R\$ 14.132 (R\$ 35.247 no 1º trimestre de 2011 e R\$ 72.996 no exercício de 2010) e a recuperação de Créditos em Liquidação anteriormente baixados contra a Provisão foi de R\$ 5.700 (R\$ 6.262 no 1º trimestre de 2011 e R\$ 34.107 no exercício de 2010).

10. CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Os financiamentos imobiliários no montante de R\$ 36.028 (R\$ 44.988 no exercício de 2010) são efetuados de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). As operações são garantidas pela hipoteca em 1º grau ou por alienação fiduciária dos imóveis financiados e contam com seguros que cobrem riscos de morte e invalidez permanente do devedor e danos físicos do imóvel financiado. As apropriações das receitas são efetuadas de acordo com a periodicidade de capitalização prevista contratualmente.

O montante total dos financiamentos imobiliários encontra-se segregado da seguinte forma:

a. Operações enquadradas no programa de liquidação antecipada dos financiamentos habitacionais sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), regidos pelo plano de equivalência salarial (PES), totalizam um montante de R\$ 22.245 (R\$ 33.507 no exercício de 2010).

Foi elaborado pela área de Crédito Imobiliário em maio/2005 programa de liquidação antecipada dos financiamentos habitacionais, incentivada com descontos no saldo devedor. Em virtude de serem relevantes estes descontos concedidos aos mutuários, o BANESTES reclassificou estas operações para níveis de riscos mais elevados, de forma a estar em conformidade com o artigo 1º, da Resolução n.º 2.682, de 21/12/1999, do Conselho Monetário Nacional. Encontra-se constituída na carteira provisão para perdas de operações de crédito, o montante de R\$ 19.860 (R\$ 27.148 no exercício de 2010).

No 2º trimestre de 2011 foram liquidados 18 (dezoito) contratos, com valor total da dívida de R\$ 4.553, sendo desembolsado pelos mutuários o valor de R\$ 1.336, proporcionando, por conseguinte, desconto no montante de R\$ 3.617. No exercício de 2010 foram liquidados 63 (sessenta e três) contratos, com valor total da dívida de R\$ 14.364, sendo desembolsado pelos mutuários o valor de R\$ 3.370, consequentemente proporcionando desconto no montante de R\$ 10.994.

Notas Explicativas

b. As operações cobertas pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), totalizam um montante de R\$ 9.373 (R\$ 9.663 no exercício de 2010) com previsão de desconto conforme critérios estabelecidos na Lei n.º 10.150/2000.

c. As demais operações totalizam um montante de R\$ 4.410 (R\$ 1.818 no exercício de 2010).

As liquidações antecipadas e os saldos remanescentes ao término do prazo contratual na Carteira de Crédito Imobiliário, cobertas pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), estão apresentadas sob o título de Créditos Vinculados - SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, na rubrica Relações Interfinanceiras, e montam R\$ 159.825 (R\$ 154.716 no exercício de 2010). Em 30 de junho de 2011 encontra-se provisionado o valor de R\$ 12.546 (R\$ 10.176 no exercício de 2010), com objetivo de cobrir perdas decorrentes de contratos que poderiam ser inabilitados pelo administrador do FCVS.

Os créditos junto ao FCVS assumidos pela União (Lei n.º 10.150/2000), serão convertidos em títulos federais com retorno no prazo de 30 (trinta) anos, sempre contados a partir de 01/01/1997, com pagamento mensal de juros (6,17% a.a., para contratos com recursos próprios, e 3,12% a.a., com recursos do FGTS) a partir de 01/01/2005, e pagamento de principal a partir de 01/01/2009, com prestações calculadas pelo Sistema de Amortização Constante - SAC.

Com base na Circular n.º 3.068, de 08/11/2001, do Banco Central do Brasil, o BANESTES registra os títulos CVS, recebidos pela securitização dos Créditos Vinculados, como "Mantidos até o Vencimento - Não Competitivos", tendo em vista a capacidade financeira da Instituição (Vide Classificação Nota 6).

Em consonância com o plano estratégico para fortalecimento e crescimento institucional, o BANESTES S.A. voltou a financiar, a partir de 01/09/2010, a aquisição da casa própria. Para oferta desta linha de crédito, o Banco disponibilizou um montante de até R\$ 200.000 a serem destinados ao financiamento de imóveis residenciais novos ou usados. O financiamento é de até 80% do valor do imóvel, sendo R\$ 400 o valor máximo de financiamento. Esta ação traz expectativa favorável ao Banco, uma vez que essa linha de crédito, que estava fechada desde 1993, foi reativada em momento oportuno onde o mercado cresce exponencialmente mostrando-se bastante aquecido.

11. OPERAÇÕES DE CÂMBIO

a. **Operações de Crédito** - As operações de crédito em financiamentos em moedas estrangeiras totalizam no 2º trimestre de 2011 R\$ 10.432 (R\$ 12.123 no exercício de 2010).

b. **Outros Créditos e Outras Obrigações** - Os saldos das contas que registram as operações de câmbio são:

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
ATIVAS		
Circulante.....	190.148	196.550
Câmbio Comprado a Liquidar.....	181.916	188.387
Direitos sobre Vendas de Câmbio.....	4.084	383
(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos).....	(2.648)	(318)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos.....	6.796	8.098
Realizável a Longo Prazo.....	194	-
Câmbio Comprado a Liquidar.....	129	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos.....	65	-
PASSIVAS		
Circulante.....	6.396	1.942
Câmbio Vendido a Liquidar.....	4.060	381
Obrigações por Compras de Câmbio.....	189.731	196.921
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio).....	(187.767)	(195.775)
Outras.....	372	415
Exigível a Longo Prazo.....	-	-
Obrigações por Compras de Câmbio.....	1.740	-
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio).....	(1.740)	-



c. Obrigações por Empréstimos - As obrigações por empréstimos correspondem substancialmente a operações realizadas junto a banqueiros no exterior, destinadas a operações para financiamentos de exportações e importações. Essas obrigações estão contratadas em dólar americano no montante de R\$ 189.703 (R\$ 202.139 no exercício de 2010), e em outras moedas no montante de R\$ 1.940 (R\$ 1.623 no exercício de 2010) e estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado.

O BANESTES tem como política trabalhar com a posição de câmbio nivelada e, para tanto, busca em sua mesa de câmbio realizar operações casadas, mantendo, assim, o equilíbrio na sua posição e em suas contas representativas em moeda estrangeira do ativo (direitos) e passivos (obrigações).

12. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Itens	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante.....	186.501	121.782	196.978	133.266
Adiantamentos e Antecipações Salariais.....	5.017	8.288	5.243	8.683
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições (1).....	38.924	35.162	38.924	35.162
Devedores por Compra de Valores e Bens.....	5.194	5.252	5.194	5.252
Devedores por Depósitos em Garantia:	36.376	29.427	43.356	35.925
* Para Interposição Recursos Fiscais: (2).....	12.076	12.059	19.056	18.557
Receita Federal do Brasil - COFINS.....	-	-	2.646	2.588
Previdência Social - INSS.....	10.453	10.452	14.481	14.362
Outros Depósitos para Interposição Fiscal.....	1.623	1.607	1.929	1.607
* Para Interposição Recursos Trabalhistas.....	18.807	11.062	18.807	11.062
* Outros Depósitos Judiciais.....	5.493	6.306	5.493	6.306
Impostos e Contribuições a Compensar (3).....	5.458	4.812	6.749	6.118
Pagamentos a Ressarcir.....	9.560	9.252	8.930	8.558
Títulos e Créd. a Receber - Com Carac. Conc. Crédito.....	64.713	-	64.713	-
Títulos e Créd. a Receber - Sem Carac. Conc. Crédito.....	2.089	2.299	2.089	2.299
Devedores Diversos - País.....	15.268	23.932	15.268	23.924
Outros.....	3.902	3.358	6.512	7.345
Realizável a Longo Prazo.....	238.108	262.794	248.903	272.129
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições (1).....	97.661	112.634	98.296	113.251
Devedores por Compra de Valores e Bens.....	3.004	3.568	3.004	3.568
Devedores por Depósitos em Garantia:	95.146	102.440	102.588	109.663
* Para Interposição Recursos Fiscais: (2).....	85.618	81.257	89.697	84.803
Previdência Social - INSS.....	36.480	35.481	37.083	36.063
Imposto de Renda e Contribuição Social -Lei 8.200/91	18.303	17.677	18.303	17.677
Majoração Alíquota 6% - CSLL.....	24.533	22.190	27.207	24.382
Outros Depósitos para Interposição Fiscal.....	6.302	5.909	7.104	6.681
* Para Interposição Recursos Trabalhistas.....	8.687	21.183	8.695	21.195
* Outros Depósitos Judiciais.....	841	-	4.196	3.665
Impostos e Contribuições a Compensar (3).....	37.989	39.355	40.707	40.850
Imposto de Renda a Recuperar.....	4	4	4	4
Pagamentos a Ressarcir.....	1.354	1.679	1.354	1.679
Títulos e Créd. a Receber - Com Carac. Conc. Crédito.....	3	-	3	-
Títulos e Créd. a Receber - Sem Carac. Conc. Crédito.....	2.947	3.114	2.947	3.114

(1) Vide composição na Nota 21.b;

(2) Vide descrição de Processos Judiciais na Nota Explicativa n.º 23;

(3) Estão registrados em Impostos e Contribuições a Compensar no Circulante e no Realizável a Longo Prazo, no BANESTES Múltiplo o valor de R\$ 24,3 milhões e no BANESTES Consolidado o valor de R\$ 25,8 milhões oriundos do PIS com base na declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n.º 2.445/88 e n.º 2.449/88, proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário n.º 1487452/RJ, bem como com base na Resolução n.º 49/95 do Senado Federal. Afastados os Decretos-Leis n.º 2.445/88 e n.º 2.449/88, foi aplicada a Lei Complementar n.º 7/70 (instituidora do PIS), eis que, após o advento da Constituição Federal de 1988, ficou vedado o tratamento desigual entre empresas públicas e privadas. Esta ação transitou em julgado em 14/06/07. Em 24/03/2008 foi deferido o pedido de habilitação do crédito junto à DEINF/RFB/RJ para o procedimento da compensação. Assim, com base na sentença que transitou em julgado, o BANESTES vem procedendo a compensação.

Notas Explicativas

Estão registrados também, créditos no valor de R\$ 17,9 milhões no BANESTES Múltiplo e R\$ 20,2 milhões no BANESTES Consolidado gerados em decorrência da majoração das alíquotas do FINSOCIAL (alíquotas superiores a 0,5%) promovida pelas Leis n.º 7.787/89 (art. 7º); n.º 7.849/89 (art. 1º) e n.º 8.147/90 (art. 1º). Este tema já está pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, quando declarou a inconstitucionalidade da cobrança para empresas comerciais, mistas e Instituições Financeiras, e, declarou constitucional a exigência do FINSOCIAL para empresas exclusivamente prestadoras de serviço. Com o encerramento de todos os prazos para interposição de recursos pelas partes, no processo judicial movido pelo BANESTES, se tornou certo o crédito, sendo este ativado em dezembro de 2010. Aguardando procedimento para apresentação e homologação do pedido de compensação junto à Receita Federal do Brasil.

13. OUTROS VALORES E BENS

Itens	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante.....	33.130	22.954	38.575	28.051
Bens Não de Uso Próprio.....	30.171	18.889	30.171	18.889
(Provisões Para Desvalorizações).....	(633)	(143)	(633)	(143)
Material em Estoque.....	898	1.112	1.603	1.515
Despesas Antecipadas.....	2.694	3.096	2.703	3.101
Despesas de Comercialização Diferidas.....	-	-	4.731	4.689
Realizável a Longo Prazo.....	1.470	1.458	1.470	1.458
Bens Não de Uso Próprio.....	520	520	520	520
Despesas Antecipadas.....	950	938	950	938

14. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS

Itens	Banestes Múltiplo		
	Trimestres findos em		Exercício
	30/06/2011	31/03/2011	2010
Saldo Inicial.....	87.318	85.423	74.646
Resultado das Participações em Controladas.....	3.502	2.245	14.683
Ajuste TVM no Patrimônio Líquido das Controladas.....	64	19	(245)
Juros sobre o Capital Próprio.....	(1.078)	(369)	(3.289)
Dividendos.....	(147)	-	(372)
Saldo Final.....	89.659	87.318	85.423

Principais dados relativos às sociedades controladas:

Itens	BANESTES Seguros S.A.	BANESTES Distrib. de Títulos e Val. Mobiliários S.A.	BANESTES Adm. Cor. de Seguros, Prev. e Capitalização Ltda.	Total
Capital Realizado Atualizado				
30 de junho de 2011.....	75.927	6.671	5.700	-
31 de março de 2011.....	55.368	5.542	5.400	-
31 de dezembro de 2010.....	55.368	5.542	5.400	-
Patrimônio Líquido Ajustado				
30 de junho de 2011.....	79.654	10.152	7.054	-
31 de março de 2011.....	77.471	9.990	7.675	-
31 de dezembro de 2010.....	75.986	9.577	7.227	-
Quantidade Ações/Quotas possuídas:				
Ações Ordinárias/Quotas (mil)				
30 de junho de 2011.....	14.767.812	1.357.291	5.689	-
31 de março de 2011.....	14.767.812	1.357.291	5.389	-
31 de dezembro de 2010.....	14.767.812	1.357.291	5.389	-

Notas Explicativas

**Percentual de Participação**

30 de junho de 2011.....	99,84	99,80	99,80	-
31 de março de 2011.....	99,84	99,80	99,80	-
31 de dezembro de 2010.....	99,84	99,80	99,80	-

Lucro Líquido do Trimestre

30 de junho de 2011.....	3.283	225	477	-
31 de março de 2011.....	1.855	394	557	-
31 de dezembro de 2010.....	3.300	1.401	439	-
30 de setembro de 2010.....	1.765	267	474	-
30 de junho de 2010.....	2.247	263	377	-
31 de março de 2010.....	3.225	454	491	-

Saldo das Operações em Controladas

Ativos (Passivos)				
30 de junho de 2011.....	1.006	495	(7.247)	-
31 de março de 2011.....	253	1.169	(1.486)	-
31 de dezembro de 2010.....	727	1.110	(1.169)	-

Receitas (Despesas)

30 de junho de 2011.....	2.042	(14)	(42)	-
31 de março de 2011.....	1.425	1	(22)	-
31 de dezembro de 2010.....	1.350	(30)	(15)	-
30 de setembro de 2010.....	1.615	(40)	(10)	-
30 de junho de 2010.....	2.003	95	(23)	-
31 de março de 2010.....	2.124	81	(12)	-

Resultado da Equivalência Patrimonial

30 de junho de 2011.....	3.278	224	-	3.502
31 de março de 2011.....	1.852	393	-	2.245
31 de dezembro de 2010.....	3.295	1.398	-	4.693
30 de setembro de 2010.....	1.762	267	-	2.029
30 de junho de 2010.....	2.243	2.045	-	4.288
31 de março de 2010.....	3.220	453	-	3.673

Valor Contábil dos Investimentos

30 de junho de 2011.....	79.527	10.132	-	89.659
31 de março de 2011.....	77.348	9.970	-	87.318
31 de dezembro de 2010.....	75.865	9.558	-	85.423

No 1º semestre de 2010 foram vendidas pelo BANESTES S.A., ações da CETIP adquiridas em 21/12/2009 da controlada BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.. Com esta operação, a Instituição realizou um lucro líquido de impostos no valor de R\$ 1.782.

O BANESTES participa indiretamente da BANESTES Administradora Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda. por meio de sua controlada BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que detém 99,9970% de suas quotas.

As Demonstrações Financeiras das controladas são examinadas pelos mesmos auditores independentes do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações do BANESTES Múltiplo com as controladas estão relacionadas a seguir:

Transação	Banestes Múltiplo			
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	30/06/2010
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):				
BANESTES Seguros S.A.....	917	289	1.447	2.043
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.....	1.512	1.738	-	228
Depósitos à Vista (2):				
BANESTES Seguros S.A.....	(553)	(282)	-	-
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.....	(15)	(15)	-	-
BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda.....	(67)	(41)	-	-

Notas Explicativas

**Depósitos a Prazo (2):**

BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda.....	(7.186)	(1.133)	(88)	(59)
--	---------	---------	------	------

Obrigações por Operações Compromissadas (2):

BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.....	(1.009)	(627)	(52)	(94)
--	---------	-------	------	------

Demais Transações (3):

BANESTES Seguros S.A.....	642	720	2.020	2.084
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.....	7	14	39	42
BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda.....	6	5	24	24

Os valores acima referem-se a operações envolvendo o BANESTES e suas empresas controladas, e foram eliminados nas demonstrações consolidadas.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelas empresas;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco;

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança, convênio de cooperação técnica e resultado com imóveis entre o BANESTES e as empresas do conglomerado, e são cobrados de acordo com o contrato mantido entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.

A BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. reclassificou em dezembro de 2010 as ações da Cielo S.A., adquiridas do controlador BANESTES S.A. e contabilizadas, na aquisição, em Investimentos no Ativo Permanente, para TVM - Disponível para Venda. O lucro não realizado foi eliminado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. (ver nota 3.y.)

16. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE LETRAS HIPOTECÁRIAS E DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

Banestes Múltiplo							
30/06/2011							
Descrição	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos.....	3.466.242	82.815	205.939	615.405	1.236.487	30.179	5.637.067
À Vista.....	990.709	-	-	-	-	-	990.709
Poupança.....	1.446.318	-	-	-	-	-	1.446.318
Interfinanceiros.....	-	6.550	-	-	-	-	6.550
Judiciais (*)......	1.028.434	-	-	-	-	-	1.028.434
A Prazo.....	-	76.265	205.939	615.405	1.236.487	30.179	2.164.275
Outros.....	781	-	-	-	-	-	781
Captações no Mercado Aberto.....	-	2.057.409	-	-	-	-	2.057.409
Rec. Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Créd., Debêntures e Similares..	-	22.118	22.113	-	-	-	44.231
Recursos Letras Hipotecárias.....	-	346	-	-	-	-	346
Recursos Letras de Créd. Imobiliário..	-	21.772	22.113	-	-	-	43.885
Empréstimos no Exterior.....	-	72.711	115.226	3.706	-	-	191.643
Repasse no País.....	307	21.015	141.710	66.435	30.168	5.381	265.016
Total.....	3.466.549	2.256.068	484.988	685.546	1.266.655	35.560	8.195.366

Notas Explicativas

**Banestes Consolidado****30/06/2011**

Descrição	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos.....	3.465.607	82.815	205.939	608.851	1.235.855	30.179	5.629.246
À Vista.....	990.074	-	-	-	-	-	990.074
Poupança.....	1.446.318	-	-	-	-	-	1.446.318
Interfinanceiros.....	-	6.550	-	-	-	-	6.550
Judiciais (*).....	1.028.434	-	-	-	-	-	1.028.434
A Prazo.....	-	76.265	205.939	608.851	1.235.855	30.179	2.157.089
Outros.....	781	-	-	-	-	-	781
Captações no Mercado Aberto.....	-	2.056.400	-	-	-	-	2.056.400
Rec. Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Créd., Debêntures e Similares..	-	22.118	22.113	-	-	-	44.231
Recursos Letras Hipotecárias.....	-	346	-	-	-	-	346
Recursos Letras de Créd. Imobiliário...	-	21.772	22.113	-	-	-	43.885
Empréstimos no Exterior.....	-	72.711	115.226	3.706	-	-	191.643
Repasse no País.....	307	21.015	141.710	66.435	30.168	5.381	265.016
Total.....	3.465.914	2.255.059	484.988	678.992	1.266.023	35.560	8.186.536

(*) Os Depósitos Judiciais estão incluídos no saldo de Depósitos a Prazo no Balanço Patrimonial.

Banestes Múltiplo**31/12/2010**

Descrição	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos.....	3.250.423	90.524	127.978	903.911	732.750	7.923	5.113.509
À Vista.....	997.715	-	-	-	-	-	997.715
Poupança.....	1.341.057	-	-	-	-	-	1.341.057
Interfinanceiros.....	-	3.900	-	-	-	-	3.900
Judiciais (*).....	911.059	-	-	-	-	-	911.059
A Prazo.....	-	86.624	127.978	903.911	732.750	7.923	1.859.186
Outros.....	592	-	-	-	-	-	592
Captações no Mercado Aberto.....	-	2.625.899	-	-	-	-	2.625.899
Rec. Aceites Camb. Let. Imob. E Hipot. Créd., Debêntures e Similares..	-	8.536	21.514	-	-	-	30.050
Recursos Letras Hipotecárias.....	-	4.558	909	-	-	-	5.467
Recursos Letras de Créd. Imobiliário....	-	3.978	20.605	-	-	-	24.583
Empréstimos no Exterior.....	-	133.924	65.659	4.179	-	-	203.762
Repasse no País.....	659	58.809	101.000	68.700	25.897	5.857	260.922
Total.....	3.251.082	2.917.692	316.151	976.790	758.647	13.780	8.234.142

Notas Explicativas



Banestes Consolidado

31/12/2010							
Descrição	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos.....	3.250.085	90.524	127.978	903.911	731.617	7.923	5.112.038
À Vista.....	997.377	-	-	-	-	-	997.377
Poupança.....	1.341.057	-	-	-	-	-	1.341.057
Interfinanceiros.....	-	3.900	-	-	-	-	3.900
Judiciais (*).....	911.059	-	-	-	-	-	911.059
A Prazo.....	-	86.624	127.978	903.911	731.617	7.923	1.858.053
Outros.....	592	-	-	-	-	-	592
Captações no Mercado Aberto.....	-	2.625.272	-	-	-	-	2.625.272
Rec. Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Créd., Debêntures e Similares..	-	8.536	21.514	-	-	-	30.050
Recursos Letras Hipotecárias.....	-	4.558	909	-	-	-	5.467
Recursos Letras de Créd. Imobiliário...	-	3.978	20.605	-	-	-	24.583
Empréstimos no Exterior.....	-	133.924	65.659	4.179	-	-	203.762
Repasse no País.....	659	58.809	101.000	68.700	25.897	5.857	260.922
Total.....	3.250.744	2.917.065	316.151	976.790	757.514	13.780	8.232.044

(*) Os Depósitos Judiciais estão incluídos no saldo de Depósitos a Prazo no Balanço Patrimonial.

17. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Representam recursos captados junto a instituições oficiais e outras instituições, os quais são repassados a clientes, fomentando o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo.

		Banestes Múltiplo e Consolidado	
		30/06/2011	31/12/2010
Instituição	Linha	Recursos Captados	
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.....	Nossocrédito	28.504	26.627
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social...	BNDES Automático/FINAME	135.037	128.676
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social...	BNDES PEC	11.116	11.723
Secretaria do Tesouro Nacional.....	FUNCAFÉ	90.359	93.896
	Total	265.016	260.922

18. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Para a garantia das Provisões Técnicas, a controlada BANESTES Seguros S.A. manteve os seguintes ativos:

Banestes Consolidado		
	30/06/2011	31/12/2010
Provisões Técnicas.....	(75.361)	(69.659)
Direitos Creditórios.....	8.419	8.931
Depósitos Judiciais.....	2.399	1.821
Provisões Técnicas para Garantia.....	(64.543)	(58.907)
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	42.002	48.247
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	30.351	24.064
Fundos de Investimento.....	60.689	51.048
Imóveis.....	1.357	1.689
Total de Ativos.....	134.399	125.048
Ativos Livres.....	59.038	66.141



19. PRÊMIOS, SINISTROS E COMISSÕES DOS PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

Semestres findos em 30 de junho

Grupos de Ramos	Banestes Consolidado					
	Prêmios Ganhos / PG		Sinistros Retidos / PG (%)		Comercialização / PG (%)	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Automóvel.....	24.265	25.617	69,86	61,14	20,34	19,29
DPVAT.....	17.511	16.641	87,31	87,42	1,47	1,43
Pessoas (1).....	16.820	14.804	41,96	43,25	16,95	17,89
Patrimonial (2).....	-	-	-	-	-	13,67
Total.....	58.596	57.062	67,08	63,67	13,73	13,72

(1) Pessoas inclui Vida em Grupo e Acidentes Pessoais e Prestamista;

(2) Patrimonial inclui Incêndio, Compreensivo Residencial, Condomínio e Empresarial, Riscos de Engenharia e Riscos Diversos.

20. PROVISÕES TÉCNICAS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

	Banestes Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG/ RVE (1).....	23.774	24.686
Auto.....	22.975	23.958
Pessoas.....	799	728
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG/RVNE (1)	1.194	837
Auto.....	1.173	814
Pessoas.....	21	23
Provisão de Insuficiência de Prêmios (1).....	-	569
Auto.....	-	373
Pessoas.....	-	196
Sinistros a Liquidar (1).....	37.198	37.439
Administrativas	14.380	13.811
Auto.....	8.487	7.605
DPVAT.....	2.759	3.615
Pessoas.....	2.904	2.431
Outros.....	230	230
Judiciais.....	22.818	23.558
Auto.....	3.533	2.628
DPVAT.....	15.927	17.779
Pessoas.....	3.114	2.913
Outros.....	244	238
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (1).....	11.006	4.895
Auto.....	1.206	1.203
DPVAT.....	7.190	1.367
Pessoas.....	2.591	2.306
Outros.....	19	19
Provisão Complementar de Prêmios (1).....	852	1.133
Auto.....	26	105
Pessoas.....	826	1.028
Provisão de Despesas Administrativas (1).....	107	53
DPVAT	107	53
Provisão Matemática de Benefício a Conceder (2).....	1.230	47
VGBL.....	1.230	47
Despesas de Comercialização Diferidas.....	4.731	4.689
Auto.....	4.368	4.363
Pessoas.....	363	326

(1) Conforme nota explicativa 3.n. Provisões Técnicas.

(2) A BANESTES Seguros iniciou as operações com VGBL em dezembro/2010, efetuando registro da respectiva provisão, sendo que as demais, de cunho atuarial, serão lançadas no final exercício de 2011.

Notas Explicativas

O estudo do TAP, na data base de 30 de junho de 2011, não demonstra qualquer insuficiência de provisões técnicas da Seguradora.

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

a.1. Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente:

Descrição	Banestes Múltiplo				Banestes Consolidado			
	30/06/2011		30/06/2010		30/06/2011		30/06/2010	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da trib. e participações.....	72.686	72.686	113.104	113.104	77.301	77.301	118.375	118.375
Juros sobre o capital próprio.....	(23.574)	(23.574)	(19.814)	(19.814)	(25.230)	(25.230)	(22.261)	(22.261)
Base de cálculo.....	49.112	49.112	93.290	93.290	52.071	52.071	96.114	96.114
Adições (exclusões) de caráter permanente.....	(13.669)	(9.407)	(17.057)	(10.228)	(9.478)	(5.235)	(13.306)	(6.489)
Adições (exclusões) de caráter temporário.....	(18.525)	(18.525)	362	362	(18.449)	(18.449)	515	515
Lucro tributável antes das compensações.....	16.918	21.180	76.595	83.424	24.144	28.387	83.323	90.140
Comp. Prej. Fiscais e base negativa.....	(5.075)	-	(22.979)	-	(5.075)	-	(22.979)	-
Base de cálculo após compensações.....	11.843	21.180	53.616	83.424	19.069	28.387	60.344	90.140
Alíquota normal (15%).....	1.777	3.177	8.042	12.513	2.861	4.178	9.052	13.454
Adicional de imposto de renda (10%).....	1.172	-	5.350	-	1.871	-	5.998	-
Valores devidos.....	2.949	3.177	13.392	12.513	4.732	4.178	15.050	13.454
Programa de alimentação ao trabalhador.....	(71)	-	(322)	-	(114)	-	(363)	-
Incentivos Fiscais – Patrocínio e doações.....	(112)	-	(250)	-	(112)	-	(250)	-
Comp. CSLL devida – Opção art. 8º da MP 2.158-35.	-	(953)	-	(3.754)	-	(953)	-	(3.754)
Imposto de Renda e Contr. Social a Pagar.....	2.766	2.224	12.820	8.759	4.506	3.225	14.437	9.700
Provisão dif. da realização reserva de reavaliação.....	(45)	(27)	(96)	(58)	(60)	(37)	(98)	(60)
Despesa de Prov. de IR e CS - Val. Correntes.....	2.721	2.197	12.724	8.701	4.446	3.188	14.339	9.640

a.2. Provisão para Imposto de Renda Diferido:

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Superveniência de Depreciação.....	1.071	1.718
Total.....	1.071	1.718

Notas Explicativas

**b. Crédito Tributário****b.1. Movimentação dos saldos do Crédito Tributário:****Em 30/06/2011:**

Descrição	Banestes Múltiplo			Banestes Consolidado	
	Saldo em 31/12/2010	Adições (Exclusões)	Saldo em 30/06/2011	Crédito Tributário	Crédito Tributário
Provisão para Outros Valores e Bens.....	143	490	633	253	253
Provisão para Contingências Trabalhistas.....	38.646	(15.505)	23.141	9.256	9.268
Provisão para Contingências Cíveis.....	10.336	(408)	9.928	3.971	4.146
Ajuste a Valor de Mercado T.V.M. - Categ. Negociação.....	756	1	757	303	303
Provisão para Devedores Duvidosos.....	250.999	(7.205)	243.794	97.518	97.518
Glosa F.C.V.S. – Contratos Encerrados.....	10.176	2.370	12.546	5.018	5.018
Provisão para Contingências Fiscais – ISS.....	48	2	50	20	125
Provisão para Contingências - Honorários Advocatícios.....	3.471	42	3.513	1.405	1.435
Provisão para Oper. Créd. sem Caract. de Oper. Créditos.....	2.025	-	2.025	810	810
Provisão para Contingências - Arrec. INSS	2.974	187	3.161	1.264	1.264
Provisão para Oper. Créd. sem Caract. de Oper. Cred - Proj. Cap.	1.650	-	1.650	660	660
Provisão para Outros Créditos - Resolução n.º 494.....	816	(176)	640	256	256
Provisão para Outros Créditos - Resolução n.º 494 Proc. Adm.....	1.231	24	1.255	502	502
Provisão para Outros Créditos - COPRI.....	1.257	-	1.257	503	503
Provisão p/Perdas em Títulos Cédula Créd. Bancário - CCB.....	-	266	266	106	106
Provisão para Outros Créditos - PROVARZEAS KFW.....	304	-	304	122	122
Outras Provisões.....	1.694	280	1.974	790	1.211
Total Créditos Fiscais de Adições Temporárias.....	326.526	(19.632)	306.894	122.757	123.500
Prejuízo Fiscal.....	18.034	(5.075)	12.959	3.240	3.631
Base Negativa.....	-	-	-	-	237
Contrib. Social – Opção artigo 8º MP n.º 2.158-35, de 24/08/01...	10.706	(953)	9.753	9.753	9.753
Ajuste a Valor de Mercado T.V.M. Categ. Disponível p/Venda....				835	835
Total do Crédito Tributário.....				136.585	137.956
Crédito Tributário Ativado.....				136.585	137.220
Crédito Tributário Não Ativado.....				-	736

Notas Explicativas



Em 31/12/2010:

Descrição	Banestes Múltiplo				Consolidado
	Saldo em 31/12/2009	Adições (Exclusões)	Saldo em 31/12/2010	Crédito Tributário	Crédito Tributário
Provisão para Outros Valores e Bens.....	103	40	143	57	57
Provisão para Contingências Trabalhistas.....	39.680	(1.034)	38.646	15.458	15.474
Provisão para Contingências Cíveis.....	11.435	(1.099)	10.336	4.135	4.366
Ajuste a Valor de Mercado T.V.M. - Categ. Negociação.....	1.048	(292)	756	302	302
Provisão para Devedores Duvidosos.....	274.324	(23.325)	250.999	100.400	100.400
Glosa F.C.V.S. – Contratos Encerrados.....	11.888	(1.712)	10.176	4.071	4.071
Provisão para Outros Créditos s/ Caract.de Oper.Créd. –Convênio...	142	-	142	56	56
Provisão para Contingências - Honorários Advocatícios.....	3.351	120	3.471	1.388	1.388
Provisão para Oper. Créd. sem Caract. de Oper. Créditos.....	2.025	-	2.025	810	810
Provisão para Contingências - Arrec. INSS	2.721	253	2.974	1.190	1.190
Provisão oper. Cred.. Sem característica de oper. Cred. – GECRI.....	359	-	359	143	143
Provisão para Oper. Créd. sem Caract. de Oper. Cred - Proj. Cap.....	1.650	-	1.650	660	660
Provisão para Outros Créditos - Resolução n.º 494.....	2.384	(337)	2.047	819	819
Provisão para Outros Créditos - COPRI.....	1.257	-	1.257	503	503
Provisão p/ contingências - Risco de Crédito.....	6.229	(6.229)	-	-	-
Provisão p/Perdas em Títulos Cédula Créd. Bancário - CCB.....	3.190	(3.190)	-	-	-
Provisão para Outros Créditos - PROVARZEAS KFW.....	304	-	304	122	122
Provisão para Contingências - Correspondente Bancário.....	127	(113)	14	5	5
Provisão despesas pgto a efetuar - Res. 696/697 – PAAV.....	794	(794)	-	-	-
Outras Provisões.....	1.263	(36)	1.227	490	965
Total Créditos Fiscais de Adições Temporárias.....	364.274	(37.748)	326.526	130.609	131.331
Prejuízo Fiscal.....	61.325	(43.291)	18.034	4.509	4.844
Base Negativa.....	-	-	-	-	203
Contrib. Social – Opção artigo 8º MP n.º 2.158-35, de 24/08/01.....	17.990	(7.284)	10.706	10.706	10.706
Ajuste a Valor de Mercado T.V.M. Categ. Disponível p/Venda.....				1.972	1.972
Total do Crédito Tributário.....				147.796	149.056
Crédito Tributário Ativado.....				147.796	148.413
Crédito Tributário Não Ativado.....				-	643

b.2. Saldos, Constituições e Baixas do Crédito Tributário no Período:

Descrição	Banestes Múltiplo				Banestes Consolidado			
	30/06/2011		31/12/2010		30/06/2011		31/12/2010	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Saldo Anterior em 31/12 (1).....	86.140	59.684	106.400	72.630	86.525	59.916	106.750	72.841
Constituições								
Adições Temporárias.....	24.143	14.486	51.036	30.622	24.539	14.723	51.420	30.847
Total das Constituições (2).....	24.143	14.486	51.036	30.622	24.539	14.723	51.420	30.847
Realizações/Baixas								
Adições Temporárias.....	29.051	17.430	60.473	36.284	29.435	17.661	60.822	36.488
Prejuízo Fiscal.....	1.269	-	10.823	-	1.269	-	10.823	-
Contr. Social - Opção art. 8º MP 2.158-35.....	-	953	-	7.284	-	953	-	7.284
Total das Realizações (3).....	30.320	18.383	71.296	43.568	30.704	18.614	71.645	43.772
Ajuste a Valor de Mercado - Categ. Disp. p/Venda (4).	522	313	1.233	739	522	313	1.233	739
Total do Crédito Ativado (1+2-3+4).....	80.485	56.100	87.373	60.423	80.882	56.338	87.758	60.655
Efeito no Resultado (2-3).....	(6.177)	(3.897)	(20.260)	(12.946)	(6.165)	(3.891)	(20.225)	(12.925)



A ativação/manutenção do crédito tributário está fundamentada em estudos técnicos demonstrativo da expectativa de geração de resultados futuros, que possibilitam a sua realização no prazo de até 10 anos.

Não foram constituídos crédito tributário no montante de R\$ 736 (BANESTES Consolidado), referente a adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da controlada BANESTES Dist. de Títulos e Val. Mobiliários, em função de não atender as condições da Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002.

Os créditos tributários foram constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes de IRPJ (25%) e CSLL (15%) sobre suas respectivas bases e, atualmente, são observados os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

b.3. Expectativa de Realização do Crédito Tributário:

b.3.1. Total (ativado e não ativado):

Em 30/06/2011:

Banestes Múltiplo					
Crédito Tributário Ativado					
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal	CS Opção artigo 8º MP n.º 2.158-35	Total Ativado
	IR	CS			
2011.....	10.032	6.020	3.240	6.190	25.482
2012.....	14.574	8.745	-	3.563	26.882
2013.....	15.527	9.316	-	-	24.843
2014.....	13.626	8.175	-	-	21.801
2015.....	11.905	7.143	-	-	19.048
2016.....	10.459	6.275	-	-	16.734
2017 a 2020.....	1.122	673	-	-	1.795
Total.....	77.245	46.347	3.240	9.753	136.585
Valor Presente.....	61.807	37.084	3.101	9.035	111.027

Banestes Consolidado											
Crédito Tributário Total						Crédito Tributário Ativado					
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal	Base Negativa	CS Opção artigo 8º MP n.º 2.158-35	Total	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal	CS Opção artigo 8º MP n.º 2.158-35	Total
	IR	CS					IR	CS			
2011.....	10.371	6.223	3.631	237	6.190	26.652	10.370	6.222	3.240	6.190	26.022
2012.....	14.574	8.745	-	-	3.563	26.882	14.574	8.745	-	3.563	26.882
2013.....	15.527	9.316	-	-	-	24.843	15.527	9.316	-	-	24.843
2014.....	13.751	8.251	-	-	-	22.002	13.685	8.211	-	-	21.896
2015.....	11.905	7.143	-	-	-	19.048	11.905	7.143	-	-	19.048
2016.....	10.459	6.275	-	-	-	16.734	10.459	6.275	-	-	16.734
2017 a 2020.....	1.122	673	-	-	-	1.795	1.122	673	-	-	1.795
Total.....	77.709	46.626	3.631	237	9.753	137.956	77.642	46.585	3.240	9.753	137.220
Valor Presente(*)	62.228	37.337	3.476	227	9.035	112.303	62.175	37.305	3.101	9.035	111.616

(*) Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco.

Notas Explicativas



Em 31/12/2010:

Banestes Múltiplo					
Crédito Tributário Ativado					
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal	CS Opção artigo 8º	Total Ativado
	IR	CS		MP n.º 2.158-35	
2011.....	14.694	8.816	4.509	7.143	35.162
2012.....	16.444	9.866	-	3.563	29.873
2013.....	16.153	9.692	-	-	25.845
2014.....	12.450	7.470	-	-	19.920
2015.....	10.975	6.585	-	-	17.560
2016.....	10.772	6.464	-	-	17.236
2017 a 2020.....	1.375	825	-	-	2.200
Total.....	82.863	49.718	4.509	10.706	147.796
Valor Presente.....	66.911	40.147	4.171	9.682	120.911

Banestes Consolidado											
Crédito Tributário Total							Crédito Tributário Ativado				
	Adições		Prejuízo	Base Negativa	CS	Total	Adições		Prejuízo	CS	Total
	Temporárias				Opção		Temporárias	Opção			
	IR	CS			Fiscal		MP n.º	MP n.º			
					2.158-35		IR	CS	Fiscal	2.158-35	
2011.....	14.694	8.817	4.844	203	7.143	35.701	14.694	8.816	4.509	7.143	35.162
2012.....	16.638	9.983	-	-	3.563	30.184	16.638	9.983	-	3.563	30.184
2013.....	16.153	9.692	-	-	-	25.845	16.153	9.692	-	-	25.845
2014.....	12.450	7.470	-	-	-	19.920	12.450	7.470	-	-	19.920
2015.....	10.975	6.585	-	-	-	17.560	10.975	6.585	-	-	17.560
2016.....	10.772	6.464	-	-	-	17.236	10.772	6.464	-	-	17.236
2017 a 2020.....	1.632	978	-	-	-	2.610	1.566	940	-	-	2.506
Total.....	83.314	49.989	4.844	203	10.706	149.056	83.248	49.950	4.509	10.706	148.413
Valor Presente (*)..	67.237	40.342	4.482	188	9.682	121.931	67.194	40.317	4.171	9.682	121.364

(*)Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Itens	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante.....	241.829	219.005	249.358	226.725
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos.....	23.348	2.899	23.348	2.899
Obrigações por Convênios Oficiais.....	18.043	17.052	18.043	17.052
Salários e Vencimentos - Res. CMN n.º 3.402.....	49.766	68.962	49.766	68.962
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	41.531	34.788	45.077	38.154
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 23).....	23.748	8.704	23.748	8.704
Credores Diversos - País.....	85.393	86.560	85.404	86.570
Outras.....	-	40	3.972	4.384
Exigível a Longo Prazo.....	16.823	49.221	17.299	49.847
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos.....	3.980	5.816	3.980	5.816
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 23).....	12.569	43.377	13.043	44.000
Credores Diversos - País.....	20	22	20	22
Outras.....	254	6	256	9

Notas Explicativas

**23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E RISCOS FISCAIS**

O BANESTES e suas empresas controladas são partes em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo saldo e a movimentação é a seguinte:

Contingências	BANESTES Múltiplo				BANESTES Consolidado			
	30/06/2011							
	Saldo 01/04	Const. / Atualiz.	Pgtos / Reversões	Saldo Atual	Saldo 01/04	Const. / Atualiz.	Pgtos / Reversões	Saldo Atual
Trabalhistas	31.328	-	8.187	23.141	31.356	2	8.187	23.171
Cíveis	13.505	818	1.234	13.089	14.123	833	1.423	13.533
Fiscais	26.709	1.413	26	28.096	30.330	1.707	26	32.011
Outras	93	41	47	87	93	41	47	87
Total	71.635	2.272	9.494	64.413	75.902	2.582	9.682	68.802

Contingências	BANESTES Múltiplo				BANESTES Consolidado			
	31/12/2010							
	Saldo 01/01	Const. / Atualiz.	Pgtos / Reversões	Saldo Atual	Saldo 01/01	Const. / Atualiz.	Pgtos / Reversões	Saldo Atual
Trabalhistas	39.680	15.970	17.004	38.646	39.757	15.987	17.060	38.684
Cíveis	14.156	4.976	5.822	13.310	14.590	5.207	5.902	13.895
Fiscais	16.756	8.991	37	25.710	21.251	10.200	2.353	29.098
Outras	6.407	58	6.340	125	6.407	58	6.340	125
Total	76.999	29.995	29.203	77.791	82.005	31.452	31.655	81.802

A Administração do BANESTES entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais.

Processos Trabalhistas - São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Em 30 de junho de 2011, o BANESTES possuía provisão trabalhista de R\$ 23.141 (BANESTES Múltiplo) e R\$ 23.171 (BANESTES Consolidado), sendo que encontrava-se registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 21.039 (BANESTES Múltiplo) e R\$ 21.040 (BANESTES Consolidado), e recursal R\$ 6.455 (BANESTES Múltiplo) e R\$ 6.462 (BANESTES Consolidado).

Visando a diminuição do passivo por estas demandas, o Banco mantém medidas preventivas e resolutivas.

Medidas preventivas:

Controle efetivo da jornada de trabalho por meio do sistema de “ponto eletrônico”.

Medida resolutiva:

Mantém uma Comissão de Negociação de Processos Trabalhistas, com o objetivo de antecipar a liquidação dos processos ajuizados e, consequentemente, reduzir os valores a serem pagos.

Processos Cíveis - são demandas que tem por objetivo pedidos de indenização por danos material e moral. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, referem-se a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causarem impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Aproximadamente 39,42% das ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos. O restante, 60,58% envolvem ações que tramitam na Justiça Comum, cuja condenação por indenização em danos morais, salvo raras exceções, não ultrapassam 43 (quarenta e três) salários mínimos. Cerca de 60% de todas as causas são julgadas improcedentes e o valor da condenação imposta corresponde a uma média histórica de apenas 20% dos pleitos indenizatórios. A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente no processo. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

Notas Explicativas

Processos Fiscais - O Sistema Financeiro Banestes discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza - Fiscal	Banestes Múltiplo				Banestes Consolidado			
	30/06/2011		31/12/2010		30/06/2011		31/12/2010	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1).....	-	46.933	-	45.933	23	51.564	22	50.425
IR e Contrib. Social - Lei n.º 8.200 (2).....	-	18.303	-	17.677	-	18.303	-	17.677
CSLL - Empresa Não Empreg. - Leasing (3)	-	1.623	-	1.607	-	1.623	-	1.607
CSLL (4)	-	870	-	843	803	1.978	772	1.615
CSLL - 6% - Aumento Alíquota (5).....	24.533	24.533	22.190	22.190	27.207	27.207	24.382	24.382
COFINS (6).....	-	-	-	-	-	2.646	-	2.588
Honorários - Diversas Ações.....	3.513	-	3.471	-	3.589	-	3.543	-
IRPJ.....	-	2.147	-	2.073	-	2.147	-	2.073
Outros.....	50	3.285	49	2.993	389	3.285	379	2.993
Total.....	28.096	97.694	25.710	93.316	32.011	108.753	29.098	103.360

(1) INSS

Trata-se de NFLDs lançadas pelo INSS e referem-se basicamente a: 35.776.169-3 e 35.776.170-7 (desconsideração pessoa jurídica e lançamento contribuição como segurado-empregado de profissionais contratados via empresa terceirizada para prestação de serviços de informática), 35.776.219-3 (autuação fiscal inerente a incorporação de comissões pagas à remuneração, para fins de incidência da contribuição previdenciária - decadência), 35.776.220-7 e 35.776.224-0 (incidência de contribuição sobre verba paga a título de incentivo financeiro para custeio de curso de pós-graduação e mestrado), 35.776.222-3 (incidência de retenção 11% - caracterização - cessão de mão-de-obra - serviços prestados por empresas terceirizadas para compensação de cheques e outros correlatos), 35.776.172-3 e 35.776.171-5 (alegação de descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP), totalizando o depósito judicial inicial de R\$ 19.905 (BANESTES Múltiplo) e R\$ 22.945 (BANESTES Consolidado). Refere-se ainda, às NFLDs 35.059.563-1 e 35.059.564-0 (incidência contribuição sobre verba indenizatória de auxílio creche/babá) e NFLD 32.354.434-7 (incidência contribuição sobre verba indenizatória não discriminada em acordo trabalhista homologado judicialmente).

Com relação às NFLDs 35.776.169-3 e 35.776.170-7, em 2008, havia registrada provisão de R\$ 9.950 BANESTES S.A. e R\$ 2.678 BANESTES Seguros S.A. correspondente ao valor parcial das referidas NFLDs, eis que provisionados somente os valores não abrangidos pela decadência. No exercício de 2009, após as devidas atualizações, em decorrência do direito concedido pelo inciso I, do § 3º do artigo 1º da Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, de pagamento de débitos com redução de multas e encargos legais, foi revertida a provisão para o BANESTES S.A. e BANESTES Seguros S.A. mantendo-se em Pagamentos a Efetuar o valor de R\$ 5.932 e R\$ 1.487. Aguarda-se a homologação dos valores para levantamento do depósito judicial atualizado monetariamente referente ao benefício obtido.

Quanto aos débitos das demais NFLDs foram classificadas pelos advogados responsáveis com excelentes chances de êxito, seja no mérito, seja pela verificação da decadência.

(2) IR e CSLL - Lei n.º 8.200/91

Trata-se do questionamento para permitir dedução integral na declaração de rendimentos, relativos ao exercício de 1993, ano-base 1992, na apuração do lucro real, na base de cálculo de contribuição social e na base de cálculo do imposto sobre o lucro líquido, os efeitos reconhecidos no art. 3º, inciso I, da Lei n.º 8.200/91 (diferença IPC/BTNF). As decisões têm sido favoráveis ao Banco. Não ocorreu o lançamento do débito pelo Fisco, o que enseja, no entendimento dos advogados responsáveis, o reconhecimento da decadência para possível lançamento, bem como, ainda que tivesse ocorrido o lançamento, já teria fluído o prazo do diferimento estabelecido no inciso I, do artigo 3º,

Notas Explicativas

BANESTES

da Lei n.º 8.200/91, para fruição integral da parcela de correção monetária decorrente a diferença do IPC para o BTN. A ação está classificada com excelentes chances de êxito.

(3) CSLL - Empresas não Empregadoras

Trata-se de ação ajuizada pela empresa BANESTES Leasing, incorporada pelo BANESTES S.A., questionando incidência da CSLL de empresas não empregadoras, tendo sido efetuado depósito judicial pelo BANESTES visando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário na forma da legislação em vigor.

No exercício de 2009, em decorrência do direito concedido pelo inciso I, do § 3º do artigo 1º da Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, de pagamento de débitos com redução de multas e encargos legais, foi revertida a provisão mantendo em Pagamentos a Efetuar o valor de R\$ 815. Aguardando a homologação para levantamento do depósito judicial referente ao benefício obtido.

(4) CSLL

Para o BANESTES, o valor registrado decorre de Auto de Infração lavrado onde o Fisco não acatou decisão judicial com trânsito em julgado ocorrido em 19/12/2003 de questionamento de prejuízo fiscal e base negativa acumulado até 1994 (IR e CSLL), sob a alegação de que a utilização teria ocorrido com prejuízo fiscal e base negativa após 1994. Foi ajuizada ação judicial visando comprovar o equívoco por parte do Fisco tendo sido efetuado depósito para suspensão da exigibilidade do crédito tributário na forma da legislação em vigor.

Decorre ainda, de registro para a BANESTES Seguros de depósitos judiciais no montante de R\$ 803, mantendo provisão de igual valor, em razão da não homologação de compensação efetuada com débitos da contribuição social no período compreendido entre janeiro e setembro de 2002. A BANESTES Seguros ativou créditos oriundos da contabilização do Plano Verão, em 1996, resultando em crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social. A compensação desses créditos estendeu-se até 2001 para o Imposto de Renda e até setembro de 2002 para a CSLL. Em análise da compensação efetuada neste último período de 2002, entendeu a RFB, que a BANESTES Seguros teria 5 (cinco) anos para efetuar a compensação dos créditos, porém esta teria ultrapassado o prazo prescricional. Entretanto, é uníssono na jurisprudência pátria que o prazo para restituição e compensação é de 5 (cinco) anos a partir do pagamento indevido, acrescido de mais 5 (cinco) anos após a homologação tácita. Dessa forma, o prazo para compensação seria de 10 (dez) anos. A execução fiscal foi ajuizada com a apresentação de embargos pela Seguradora e realização do depósito visando suspender a execução e a análise dos embargos apresentados.

(5) CSLL - Aumento de Alíquota

Trata-se de ação ajuizada objetivando decisão judicial que assegure a declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 17 da Medida Provisória 413, de 03 de janeiro de 2008, convertida na Lei n.º 11.727, de 23 de junho de 2008, concernente à elevação da alíquota da CSLL para empresas dos setores financeiros e seguros de 9% para 15%.

(6) COFINS E FINSOCIAL

Em 28/07/05 foi efetuado, pela BANESTES Seguros S.A., depósito judicial para Interposição de Recursos Fiscais - COFINS no valor de R\$ 1.611, na Caixa Econômica Federal, referente ao valor exigido de COFINS gerado por glosa de compensação efetuada com créditos do FINSOCIAL tendo em vista a inconstitucionalidade do aumento da alíquota de 0,5% para 2% (92.068899-3). Considerando o crédito tributário do FINSOCIAL e em decorrência da obrigação trazida pela Lei n.º 9.718/98 para pagamento da COFINS, a BANESTES Seguros S.A. procedeu em 1999 e 2000 a compensação do FINSOCIAL/COFINS administrativamente conforme permitia a legislação à época.

Nada obstante a legalidade da compensação efetuada do FINSOCIAL/COFINS, a Receita Federal, por entender não haver a possibilidade da compensação antes do trânsito em julgado, encaminhou para inscrição em dívida ativa o valor da COFINS não recolhido entre 1999/2000, o que culminou com a Execução Fiscal para a BANESTES Seguros S.A. que discute a questão por meio de Medida Cautelar (2005.50.01.0060126) e Ação Anulatória de Débito (2005.50.01.0076079).

No exercício de 2009, em decorrência do direito concedido pelo inciso I, do § 3º do artigo 1º da Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, de pagamento de débitos com redução de multas e encargos legais, foi revertida a provisão de COFINS para a BANESTES Seguros S.A. mantendo em Pagamentos a Efetuar o valor de R\$ 1.388. Aguardando a homologação para levantamento do depósito.

Foi constituída em 28/09/07, na Banestes DTVM S.A. provisão referente ao valor de crédito de FINSOCIAL registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo, no título Impostos e Contribuições a Compensar no valor de R\$ 1.856. A provisão foi devidamente revertida em 31/12/2010 em decorrência de decisão em definitiva favorável à empresa.



24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 109.305.235 ações ordinárias e 42.183.218 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 91,95% das ações ordinárias e 92,65% das ações preferenciais pertencem ao Estado do Espírito Santo.

b. Aumento de Capital Social com Capitalização de Reserva - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada, por unanimidade, a proposta da Diretoria para elevação do capital social da Companhia, de R\$ 436.368 para R\$ 694.000, sem emissão de novas ações, mediante capitalização de Reserva de Lucro - Reserva Estatutária para Margem Operacional, no montante de R\$ 257.632, homologado pelo Banco Central do Brasil em 25 de maio de 2011 por meio da correspondência DEORF/GTRJA - 2011/4067.

c. Reservas de Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio - Em 31 de outubro de 2005 foram reavaliados os imóveis registrados no Ativo Permanente, no desdobramento de subgrupo "Imóveis de Uso", Terrenos e Edificações, cujo impacto líquido no Patrimônio Líquido foi de R\$ 15.856. A realização dessa reserva de reavaliação no 1º semestre de 2011 por depreciação foi de R\$ 180 (R\$ 186 em 2010), baixa por alienação (R\$ 201 em 2010) e IRPJ e CSLL R\$ 72 (R\$ 155 em 2010).

No 1º semestre de 2010, foi reconhecido no Patrimônio Líquido, IRPJ e CSLL sobre Terrenos, no valor de R\$ 35 em função de venda de imóveis reavaliados.

d. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

d.1. Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

d.2. Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.
- **Reserva de Risco em Operações de Câmbio** - está limitada a 10% do valor do Capital Social e tem por finalidade cobrir o risco de exposição em operações de câmbio, sendo formada com recursos equivalentes a até 2% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

e. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

e.1. Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos mínimos de 25%, não podendo exceder a 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório do exercício social. Conforme faculta a Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, que foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios e estão demonstrados a seguir:

Base de Cálculo:	Semestres findos em junho	
	30/06/2011	30/06/2010
Lucro Líquido do Período.....	50.171	74.638
Reserva Legal.....	(2.509)	(3.732)
Realização de Reservas de Reavaliação transferidas para Lucros ou Prejuízos Acumulados.....	127	233
Base de Cálculo (30% e 25% respectivamente).....	47.789	71.139
Dividendos	14.337	17.785
Dividendos Intermediários do 1º Semestre.....	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	23.574	19.814
Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre Juros sobre o Capital Próprio.....	(143)	(136)
Total de JSCP (líquido de impostos) destinados no 1º semestre.....	23.431	19.678
Excesso de JSCP em relação aos Dividendos.....	9.094	1.893



e.2. Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no 1º semestre de 2011, no montante de R\$ 23.574 (R\$ 19.814 no 1º semestre de 2010), com retenção de 15% no valor de R\$ 143 (R\$ 136 no 1º semestre de 2010), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na fonte perfazem o montante de R\$ 23.431 (R\$ 19.678 no 1º semestre de 2010), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme artigo 9º, da Lei n.º 9.249/95.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio referente ao:

• 1º Semestre/2011:

Descrição	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/11.....	11.787	74	11.713	0,077806740
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/11.....	11.787	69	11.718	0,077806740
Total Juros sobre o Capital Próprio.....	23.574	143	23.431	0,155613481

• 1º Semestre/2010:

Descrição	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/10.....	9.907	68	9.839	0,065398383
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/10.....	9.907	68	9.839	0,065398383
Total Juros sobre o Capital Próprio.....	19.814	136	19.678	0,130796766

e.3. Política de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos do Exercício de 2011

O Conselho de Administração da Instituição, em reunião extraordinária de 25/01/2011, aprovou a sistemática de pagamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos aos acionistas do BANESTES para o exercício de 2011, conforme segue:

1. Pagamento de Juros sobre Capital Próprio Mensais

a) Em atendimento ao artigo 205 da Lei nº 6.404/76, o pagamento de JSCP referente ao exercício de 2011, terá como beneficiários os acionistas que estiverem inscritos nos registros da Sociedade no último dia útil de cada mês e o pagamento será efetuado no primeiro dia útil do 2º mês subsequente a data de referência, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que comprovarem sua condição de imunes ou isentos da referida tributação;

b) Os pagamentos de juros sobre o capital próprio ficarão condicionados ao limite da dedutibilidade da TJLP de cada trimestre, conforme legislação em vigor e ao montante acumulado mensalmente do cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social do Banco.

2. Antecipação de Dividendos Semestral

Poderão ser pagos Dividendos Intermediários relativos ao semestre encerrado em 30/06/2011, “ad referendum” a AGO de 2012, deduzidos dos Juros sobre o Capital Próprio, até 60 dias após ser declarado pelo Conselho de Administração, sem retenção de Imposto de Renda na Fonte, conforme artigo 10 da Lei n.º 9.249/95.

3. Dividendos Obrigatórios do Exercício

Poderão ser pagos dividendos relativos ao exercício de 2011, deduzidos dos JSCP e dividendos intermediários, até 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as Demonstrações Financeiras do Exercício.



4. Pagamentos Projetados

Os valores a serem pagos, a título de Juros sobre o Capital Próprio, serão calculados de acordo com o previsto no artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26.12.1995. As datas de referência da posição acionária e de pagamento estão descritos na tabela a seguir:

Data Referência/ Posição Acionária	Data Pagamento	Juros sobre o Capital Próprio	Valor Bruto por Ação Ordinária/Preferencial
31/01/2011	01/03/2011	3.928.940,91	0,02593558012
28/02/2011	01/04/2011	3.928.940,91	0,02593558012
31/03/2011	02/05/2011	3.928.940,91	0,02593558012
29/04/2011	01/06/2011	3.928.940,91	0,02593558012
31/05/2011	01/07/2011	3.928.940,91	0,02593558012
30/06/2011	01/08/2011	3.928.940,91	0,02593558012
29/07/2011	01/09/2011	3.928.940,91	0,02593558012
31/08/2011	03/10/2011	3.928.940,91	0,02593558012
30/09/2011	01/11/2011	3.928.940,91	0,02593558012
31/10/2011	01/12/2011	3.928.940,91	0,02593558012
30/11/2011	02/01/2012	3.928.940,91	0,02593558012
30/12/2011	01/02/2012	3.928.940,91	0,02593558012

Os valores de pagamento poderão ser recalculados, e devidamente comunicados ao mercado, caso ocorra oscilação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP - ou se tenha atingido o limite de distribuição de dividendos obrigatórios de acordo com o previsto no Estatuto do BANESTES.

A BANESTES Seguros S.A., a BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e a BANESTES Administradora, Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda. também devem adotar a mesma sistemática a ser utilizada pelo Banco Múltiplo.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

25.1 Planos de Aposentadoria - Seguridade Social

O BANESTES S.A. é um dos patrocinadores da Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus participantes, cujo plano era de “Benefício Definido - BD” e passou a ser de “Contribuição Definida - CD” a partir de 1998. Com base na Resolução n.º 16, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, de 22 de novembro de 2005, o plano passou a denominar-se “Contribuição Variável - CV”. O seu regulamento determina que:

Os benefícios de aposentadorias (tempo de serviço, especial, idade, antecipada, invalidez e pensão por morte) consistirão numa renda mensal vitalícia de valor atuarialmente equivalente a 100% do saldo da conta do participante na data do cálculo.

Os benefícios de aposentadorias por invalidez e pensão por morte não poderão ser inferiores a 0,60 SRB-BP, no qual:

- SRB = Salário Real de Benefício.
- BP = Benefício Previdenciário.

O participante que na época da rescisão de seu contrato de trabalho não tiver, ainda, adquirido a elegibilidade para quaisquer benefícios de aposentadoria, poderá resgatar o seu saldo ou portar seu direito acumulado para outro plano cujo benefício é 100% do saldo de contribuição de participante mais 2/12% (dois doze avos por cento) por mês de contribuição, até o máximo de 40% do saldo da conta de contribuição da patrocinadora, caso o participante tenha pelo menos cinco anos de contribuição ao plano II de aposentadoria.

No 1º semestre de 2011, as contribuições mensais das patrocinadoras, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 7% do salário de participação), corresponderam:



	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
1º trimestre.....	1.539	1.484	1.595	1.532
2º trimestre.....	1.656	1.547	1.718	1.602
1º semestre.....	3.195	3.031	3.314	3.134

A avaliação do plano de benefícios da Fundação BANESTES, em conformidade com a legislação, é procedida por atuário independente no final do exercício social.

Como parte do processo de saneamento do BANESTES, contratado ao abrigo da Medida Provisória n.º 1.612-17 de 20 de novembro de 1997, foi assinado, em 29 de junho de 1998, um contrato de assunção de dívida entre o Estado do Espírito Santo e a Fundação BANESTES de Seguridade Social - BANESES. Mediante as cláusulas 1ª, 2ª e 3ª, o Estado do Espírito Santo assumiu a dívida de R\$ 147.000 reconhecida pelo BANESTES, referente ao passivo atuarial daquela entidade.

Na forma estabelecida pela cláusula sexta do Contrato de Assunção de Dívida, o Estado do Espírito Santo autoriza o BANESTES, na condição de mero interveniente, a efetuar débitos na conta única de movimentação financeira do Estado, mantida na Instituição, nos casos de eventuais descumprimentos, por parte do Estado, das obrigações financeiras estabelecidas no Contrato de Assunção de Dívida.

Política Contábil adotada pelo Banco no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

O Banco adota como procedimento, conforme os itens 92 e 93 do Pronunciamento Técnico CPC 33, para o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais como receita ou despesa se o valor líquido acumulado dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos no final do exercício anterior exceder o maior valor entre:

- 10% do valor presente da obrigação de benefício definido nessa data (antes da dedução dos ativos do plano); e
- 10% do Valor Justo de quaisquer ativos do plano nessa data.

A parcela dos ganhos e perdas atuariais do plano serão reconhecidos, conforme definido acima, dividido pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano.

25.2. Assistência à Saúde

O BANESTES também é um dos patrocinadores da Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema Financeiro Banestes - BANESCAIXA, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltada para assistência à saúde, na modalidade de autogestão.

A contribuição mensal da patrocinadora equivaleu a 50% do valor estabelecido na tabela por faixa etária, para cada empregado, o que correspondeu:

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
1º trimestre.....	703	594	723	610
2º trimestre.....	766	723	787	741
1º semestre.....	1.469	1.317	1.510	1.351

25.3. Outros Benefícios Concedidos à Empregados

O BANESTES e suas empresas controladas oferecem também aos seus empregados outros benefícios tais como seguro de vida, acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas acima, totalizaram conforme quadro a seguir:

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
1º trimestre.....	3.553	3.500	3.646	3.579
2º trimestre.....	3.748	3.863	3.852	3.863
1º semestre.....	7.301	7.363	7.948	7.542



26. LIMITES OPERACIONAIS

A apuração dos limites operacionais é efetuada de forma consolidada na qual o Banco é a instituição líder.

a. Acordo de Basileia - Para adequação às novas exigências, foi editada a Resolução n.º 3.444/2007, que define o Patrimônio de Referência (PR) e a Resolução n.º 3.490/2007, ambas do Conselho Monetário Nacional, que trata da apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) - (Basileia II), cuja vigência deu-se a partir de julho de 2008.

Em conformidade com a regulamentação estabelecida, as instituições financeiras deverão manter o Patrimônio Líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, ponderados por fatores que variam de 0% a 300%, estando alinhado a um índice mínimo de 11% de patrimônio com relação aos ativos ponderados pelo risco.

Informamos os principais indicadores do 2º trimestre de 2011 e do exercício de 2010, calculados em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado			
	30/06/2011		31/12/2010	
	Financeiro	Econômico-Financeiro	Financeiro	Econômico-Financeiro
Patrimônio Líquido Ajustado.....	818.313	818.441	790.030	790.587
Reservas de Reavaliação.....	5.254	5.254	5.381	5.381
Redução do Ativo Diferido.....	4.259	4.259	4.957	4.957
Ajustes a Valor de Mercado.....	(1.343)	(1.343)	(3.131)	(3.131)
Patrimônio de Referência Nível I.....	810.143	810.251	782.823	783.380
Reservas de Reavaliação.....	5.254	5.254	5.381	5.381
Ajustes a Valor de Mercado.....	(1.343)	(1.343)	(3.131)	(3.131)
Patrimônio de Referência Nível II.....	3.911	3.911	2.250	2.250
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	814.054	814.182	785.073	785.630
Exposições ao Risco:				
Exposição Ponderada pelo Risco de Crédito (EPR).....	3.876.326	3.854.691	3.845.273	3.812.121
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (PEPR).....	426.396	424.016	422.980	419.333
FPR de 20 %.....	4.700	5.252	3.831	4.252
FPR de 35 %.....	91	91	121	121
FPR de 50 %.....	31.104	31.993	37.693	39.222
FPR de 75 %.....	165.428	165.428	154.282	154.282
FPR de 100 %.....	217.905	216.965	219.543	216.435
FPR de 300 %.....	7.168	4.287	7.510	5.021
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (POPR).....	66.810	68.294	64.275	65.513
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado.....	4.111	13.432	4.063	8.685
Ouro, moeda estrangeira e op.sujeitas à variação cambial (PCAM)..	-	-	-	-
Operações sujeitas à variação de taxas de juros (PJUR).....	688	8.751	1.119	4.538
Prefixadas denominadas em real (PJUR1).....	462	6.612	938	2.907
Cupons de moedas estrangeiras (PJUR2).....	74	579	59	539
Cupons de índices de preços (PJUR3).....	94	1.107	75	670
Cupons de taxas de juros (PJUR4).....	58	453	47	422
Operações sujeitas à variação do preço de commodities (PCOM).....	66	512	53	477
Operações sujeitas à variação do preço de ações (PACS)	3.357	4.169	2.891	3.670
Patrimônio de Referência Exigido (PRE).....	497.317	505.742	491.318	493.531
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Exigido.....	316.737	308.440	293.755	292.099
Exposição Total Ponderada pelo Risco (EPR + (1/0,11 x (POPR + PCAM + PJUR + PCOM + PACS))).....	4.521.062	4.597.655	4.466.525	4.486.647
Índice de Basileia II (PR/(PRE/0,11))*100.....	18,01%	17,71%	17,58%	17,51%
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN).....	13.447	13.402	23.696	23.704



No trimestre findo em 30 de junho de 2011, registrou-se um coeficiente de Basileia II (adequação ao PRE) de 18,01% Consolidado Financeiro e 17,71% Consolidado Econômico-Financeiro, indicando que o Sistema Financeiro BANESTES está em conformidade com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil (11%).

O PR total do Consolidado Financeiro apurado no período foi de R\$ 814.054 contra um PRE de R\$ 497.317, que deduzido do Risco da Parcela Banking de R\$ 13.447, implica em uma margem de R\$ 303.290 em relação a alocação de capital. Com relação ao Consolidado Econômico Financeiro, o PR total apurado foi de R\$ 814.182 contra um PRE de R\$ 505.742, que deduzido do Risco da Parcela Banking de R\$ 13.402, implica em uma margem de R\$ 295.038 em relação a alocação do capital.

Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Sistema Financeiro Banestes encontra-se em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil e com as melhores práticas do mercado.

BANESTES Consolidado Financeiro - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

BANESTES Consolidado Econômico-Financeiro - composto pelas Empresas BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.

a. Índice de Imobilização - Em conformidade com a Resolução CMN n.º 2.669/1999, o Índice de Imobilização em relação ao Patrimônio de Referência no 2º trimestre de 2011 para o Consolidado Financeiro é de 22,25% (19,17% no exercício de 2010) e para o Consolidado Econômico-Financeiro é de 14,43% (11,18% no exercício de 2010), estando em conformidade com o máximo permitido pelo Banco Central do Brasil que é de 50%.

27. GESTÃO DE RISCO

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Com o mesmo propósito, o Banco possui uma diretoria específica de gestão de riscos e controles internos, subordinada diretamente ao Diretor Presidente e unidades específicas para gestão e avaliação dos Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, devidamente segregadas das áreas relacionadas aos negócios. Também existe um comitê de controles internos e riscos que analisa e delibera acerca de todas as matérias ligadas à gestão de riscos e controles internos do Banco, envolvendo aspectos qualitativos e quantitativos, submetendo-as ao Colegiado de Diretoria e ao Conselho de Administração do Banco.

Todas essas medidas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gestão de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia - BIS II e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no BANESTES, acesse http://www.banestes.com.br/banestes_ri/home.html.

a. Política de Crédito - A política de crédito tem como linha mestra impulsionar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, com alçadas superiores analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do BANESTES, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados periodicamente, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão, e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.



A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

Ainda que o cenário macroeconômico enfrente adversidade, e que a autoridade monetária tenha atue firmemente para restabelecer as condições de liquidez, a qualidade da carteira não sofreu abalos.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos seus pagamentos.

b. Risco de Crédito - Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em alinhamento à publicação da Resolução n.º 3.721/09 do Conselho Monetário Nacional, que regulamenta a atuação da estrutura de gerenciamento de risco de crédito, o BANESTES está revisando e revalidando seus processos.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o BANESTES instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretora de Riscos e Controle, por meio de indicação do Conselho de Administração, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do BANESTES perante o Banco Central do Brasil - BACEN. Seguem abaixo as suas principais responsabilidades:

Diretoria de Riscos e Controle:

- Definir as políticas e procedimentos de crédito;
- Gerenciamento e Alocação de Capital para cobertura do risco de crédito;
- Revisar as políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de crédito;
- Estabelecimento de limites máximos de exposição cliente/grupo econômico;
- Gestão da carteira de crédito;
- Análise do risco da operação.

Diretoria Jurídica e Administrativa:

- Analisar e acompanhar as inadimplências das carteiras de crédito e a performance das cobranças efetuadas;
- Gerenciar e controlar as renegociações de dívidas ajuizadas;
- Gerenciar a cobrança dos créditos inadimplentes e renegociar dívidas;
- Elaborar políticas relativas às regras de cobrança e renegociação de dívidas.

Além dessas ações, visando minimizar o nível de exposição ao Risco de Crédito, o BANESTES vem continuamente aperfeiçoando os processos adotados para classificação e análise de risco, concessão e monitoramento do crédito. A área de Gestão do Risco de Crédito utiliza avançadas ferramentas tecnológicas:

- Modelos de classificação e análise de risco de clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas;
- Modelos de monitoramento do desempenho dos modelos de análise de risco dos clientes;
- Capacidade creditícia dos clientes.



Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da empresa.

As operações de crédito são classificadas de acordo com a Resolução n.º 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela própria Resolução.

As operações classificadas como nível H permanecem nesse nível de risco até 180 dias, admitindo-se a contagem em dobro dos prazos previstos para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses conforme Resolução n.º 2.682/99, quando então são baixadas contra a provisão existente, passando a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando em conta patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando existem evidências de mudança nas premissas anteriores.

c. Risco de Mercado - O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

d. Assim, visando acompanhar esse risco das suas posições, o BANESTES utiliza uma metodologia estatística para mensurar e gerenciar o risco de mercado, buscando estar condizente com a realidade do mercado e a complexidade das operações que venha a realizar.

Salienta-se que essa metodologia, segue os seguintes preceitos:

- Para as posições classificadas na carteira de negociação, o Banco utiliza as metodologias definidas pelo BACEN;
- Já as posições classificadas na carteira de Banking, o Banco adota o VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), medida de perda máxima esperada em valores monetários, sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo de 10 dias, com um nível escolhido de 99,00% de intervalo de confiança.

Nesse cálculo de risco, os depósitos que não possuem vencimento definido, como é o caso da Poupança, do Depósito Judicial e do Depósito à Vista, as apurações são realizadas considerando prazos baseados em expectativas de manutenção de depósitos e de saques por parte dos clientes. Quanto à liquidação antecipada de empréstimos, o BANESTES não adota nenhuma premissa específica, pois esse evento não é considerado representativo frente ao volume total de operações.

Fazendo uma demonstração dos fatores de risco da carteira de negociação, temos os seguintes valores referentes a data-base de 30/06/2011:

Parcelas	Carteira de Negociação	
	Banestes Consolidado	
	30/06/2011	
	Financeiro	Econômico-Financeiro
Parcelas de Taxas de Juros.....	688	8.751
Parcela PJur (1).....	462	6.612
Parcela PJur (2).....	74	579
Parcela PJur (3).....	94	1.107
Parcela PJur (4).....	58	453
Parcelas de Ações.....	3.357	4.169
Parcelas Commodities.....	66	512

Notas Explicativas



Parcelas	Carteira de Negociação	
	Banestes Consolidado	
	31/12/2010	
	Financeiro	Econômico-Financeiro
Parcelas de Taxas de Juros.....	1.119	4.538
Parcela PJur (1).....	938	2.907
Parcela PJur (2).....	59	539
Parcela PJur (3).....	75	670
Parcela PJur (4).....	47	422
Parcelas de Ações.....	2.891	3.670
Parcelas Commodities.....	53	477

Análise de Sensibilidade - Procurando estar em conformidade com as práticas e governança corporativa e gestão de risco, o Banco realiza as suas operações dentro dos limites operacionais, no qual cada operação que é realizada pelo BANESTES, dependendo dos objetivos, pode ser classificada da seguinte forma, de acordo com a Resolução n.º 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional e na Circular n.º 3.354/07, do Banco Central do Brasil, que se baseia nos conceitos de carteira definidos pelo Acordo de Basileia:

- Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
- Carteira *Banking*: operações não classificadas na Carteira *Trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Instituição e seus respectivos *hedges*. Para a Carteira *Banking*, as oscilações de taxa de juros não representam obrigatoriamente impacto sobre o resultado da Instituição, uma vez que a intenção é manter as operações de créditos até o seu vencimento. Além disso, o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um prejuízo contábil material para Instituição.

Atrelado a esses conceitos, visando um constante aprimoramento da sua gestão de riscos e objetivando atender as exigências contidas na Instrução Normativa CVM n.º 475, de 17 de dezembro de 2008, o Banco realiza a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na Carteira de *Trading*.

A exposição ao risco de mercado do conglomerado e de suas empresas subsidiárias é avaliada continuamente, segregada e/ou conjuntamente, visando mantê-la em níveis considerados aceitáveis.

Quadro de Análise de Sensibilidade - Carteira *Trading*

Para a construção dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram consideradas as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 30/06/2011.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 30/06/2011.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 30/06/2011.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:



Fator de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa prefixada de juros.....	(154)	(3.790)	(7.463)
Moedas.....	(27)	(687)	(1.374)
Fundos.....	(646)	(16.143)	(32.285)
Ações.....	(206)	(5.154)	(10.308)

Cabe mencionar que a Carteira *Trading* analisada é composta somente por títulos públicos, operações compromissadas, moedas estrangeiras, fundos e ações.

Quanto as operações da Carteira *Banking*, essas posições não são incluídas na análise de sensibilidade, pois os cálculos poderiam gerar informações imprecisas aos usuários das Demonstrações Financeiras, uma vez que as mesmas são registradas contabilmente pela curva contratada.

e. Risco de Liquidez - Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Visando controlar esse risco, o BANESTES elaborou a sua Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez do BANESTES, que representa um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez em níveis considerados aceitáveis pela Instituição e ainda subsidiar a alta administração a traçar políticas e estratégias de investimentos eficientes.

Ademais, o BANESTES adota as devidas medidas para estabilizar a liquidez do Banco. Esse controle é realizado pela estrutura de gerenciamento de riscos, a qual foi implementada pela Instituição visando acompanhar as operações das empresas que compõem o consolidado financeiro.

Salienta-se ainda que, a fim de auxiliar no controle da liquidez do Banco, para realização de qualquer negócio via Mesa de Operações do BANESTES, são observadas as orientações da Política de Investimento Financeiro do BANESTES e dos normativos internos e externos pertinentes ao assunto. Já com relação aos Títulos Públicos Federais e Títulos Privados, somente são realizadas compras ou vendas desde que estejam dentro dos parâmetros de alçadas e limites operacionais aprovados pelo Comitê de Mercado.

f. Risco Operacional - O BANESTES possui em sua estrutura, uma área que atua na gestão do Risco Operacional com o objetivo de identificar, consolidar, mensurar e gerenciar os riscos juntamente com os gestores das unidades de negócios e serviços do Banco, bem como analisar os riscos incorridos nas unidades, criando estratégias que assegurem a continuidade dos negócios.

As ações empreendidas pelo Banco fundamentam-se em um conjunto de diretrizes que visam nortear as práticas de todas as unidades e empregados, no que tange aos processos existentes e os seus respectivos controles, permitindo o enfrentamento dos desafios e contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição.

Corporativamente, o BANESTES define risco operacional como a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Dessa forma, os papéis e responsabilidades de cada empregado e unidades na gestão do risco operacional são claramente definidos em política interna aprovada pela Diretoria Executiva e homologada pelo Conselho de Administração.

Em conformidade com as melhores práticas de mercado, o Banco adota como metodologia, as abordagens “Qualitativa” e “Quantitativa” para gerir os riscos operacionais, atendendo assim, aos requerimentos do Banco Central do Brasil contemplados nas Resoluções n.º 3.380/06 e n.º 3.490/07 que dispõem, respectivamente, sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional e do Patrimônio de Referência Exigido, bem como a Circular n.º 3.383/08, que regulamenta o cálculo da parcela de alocação de capital de risco operacional.

A abordagem “Qualitativa” é fundamentada nos processos de Controle Interno, e permite a identificação de todos os riscos de um processo capazes de impactar no alcance dos objetivos e metas do Banco, a classificação destes riscos

Notas Explicativas



em subcategorias, assim como também a frequência e impacto de cada risco. A execução dessas etapas, para cada processo, gera uma Matriz de Risco Operacional, que é validada pelo Gestor, contendo, além das informações já citadas, os controles existentes e os planos de ação para mitigação do risco identificado com seus respectivos prazos de implementação.

As Matrizes de Riscos Operacionais são reportadas ao Comitê de Controles Internos e Risco Operacional e, posteriormente, ao Colegiado de Diretoria e ao Conselho de Administração através de um relatório executivo que apresenta a real exposição da Instituição aos diversos riscos que podem afetar o negócio, permitindo a alta administração agir de forma pró-ativa na tomada de decisões e viabilizar o tratamento dos riscos de forma adequada, mantendo um nível aceitável de exposição, sem comprometer o bom desempenho dos negócios.

A abordagem “Quantitativa” utiliza como insumo as informações da “Qualitativa”, e trabalha com a identificação dos eventos de risco e das perdas operacionais, gerando uma base de dados histórica de eventos de perdas. Essa base histórica permite o aperfeiçoamento das atividades de captura, enquadramento, monitoramento, mensuração e mitigação das perdas.

Para apurar a parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao Risco Operacional (POPR), o BANESTES adota a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, onde as operações da Instituição são distribuídas em linhas de negócios.

Em cumprimento à Circular n.º 3.476/09 do Banco Central do Brasil, a partir do mês de julho de 2010 o Banco passou a calcular a parcela referente ao risco operacional (POPR) do Conglomerado Econômico-Financeiro.

O processo de gerenciamento do risco operacional e controles internos é automatizado, possibilitando ao BANESTES maior agilidade na identificação e tratamento dos riscos, mantendo um nível aceitável de exposição, sem comprometer o bom desempenho dos negócios da Instituição.

O BANESTES, em conformidade com a Resolução n.º 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, e expedida pelo Banco Central do Brasil - BACEN, adotou como guia de melhores práticas de mercado a Norma Brasileira de Gestão de Continuidade de Negócios - NBR 15.999, com o compromisso de adequar o ambiente de governança e gestão de riscos da Instituição.

A política de Gestão de Continuidade de Negócios - GCN, aprovada pela Diretoria Executiva e homologada pelo Conselho de Administração, estabelece as diretrizes para assegurar a continuidade dos seus processos essenciais, reduzindo as possíveis perdas operacionais e contribuindo para alavancagem dos resultados.

A Gestão de Continuidade de Negócios tem como objetivo manter a integridade e a disponibilidade dos dados da Instituição, bem como seus serviços quando da ocorrência de situações que comprometam o bom andamento dos negócios.

f. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo - O BANESTES aprimora continuamente sua política e procedimentos internos para identificação e monitoramento das operações suspeitas, utilizando-se de sistema especialista com a implementação de controles, visando mitigar riscos de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e evitar que a Instituição seja utilizada para realização de atos ilícitos.

Além disso, investe, continuamente, na capacitação de seus profissionais, através de palestras presenciais com instrutoria externa e interna, divulgação em canal eletrônico interno e distribuição de cartilha, enfatizando a importância da política “Conheça seu Cliente” e a qualidade das informações cadastrais.

Possui o Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro que é coordenado pela Diretoria de Riscos e Controle e composto pela Diretoria Comercial e as áreas de Controles Internos, Cadastro, Jurídica, Contas de Depósito, Auditoria Interna e de Segurança, que avaliam o encaminhamento das situações suspeitas ao órgão competente, dentre outras medidas.



28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Beneficiários de Garantias Prestadas - As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam em 30 de junho de 2011 R\$ 7.532 (R\$ 9.546 no exercício de 2010). As contra-garantias estão representadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos favorecidos e/ou garantia real de bens.

b. Ativos Segurados - Os contratos de seguros vigentes em 30 de junho de 2011 cobrem riscos de incêndio no valor de R\$ 71.490 e veículos R\$ 199.

c. Arrendamento Mercantil Financeiro - O BANESTES possui contrato de arrendamento mercantil financeiro como arrendatário, porém o bem não foi ativado e não foi reconhecido o passivo financeiro correspondente em função de determinação contida na Resolução n.º 3.617, do Conselho Monetário Nacional. Os ajustes dessa operação no patrimônio líquido e no resultado líquido dos impostos diferidos em 30/06/2011 foram considerados irrelevantes pela Administração.

d. Compromissos Assumidos:

d.1. O BANESTES possui contrato firmado com a CSU *Cardsystem* S.A., com sede em São Paulo, que processa toda a movimentação do cartão BANESTES VISA e emite as respectivas faturas aos clientes.

d.2. O BANESTES processa em sistema próprio toda a movimentação do cartão Banescard e emite as respectivas faturas aos clientes através da empresa BPD - Brasil Processamento de Dados.

e. Remuneração dos Administradores - A remuneração dos Administradores do BANESTES Múltiplo e suas controladas, BANESTES Seguros S.A. e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., foi homologada em AGO realizada no dia 29/04/2011, por unanimidade, com base no percentual de reajuste salarial aplicado a partir de setembro de 2010 aos empregados do Sistema Financeiro Banestes, ou seja, 7,5% (sete e meio por cento), a remuneração mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) e membros do Conselho Fiscal do BANESTES, como segue: Diretoria - R\$ 15.104,41 (quinze mil, cento e quatro reais e quarenta e um centavos), sendo que, quando qualquer Diretor exercer função em quaisquer das empresas controladas do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, não lhes será acrescido nenhum valor a mais; Conselho de Administração: R\$ 4.908,93 (quatro mil, novecentos e oito reais e noventa e três centavos), que corresponde a 30% (trinta por cento) do valor total da remuneração mensal que, em média, for atribuída ao cargo de Diretor; Conselho Fiscal: R\$ 2.454,55 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), que corresponde a 15% do valor total da remuneração mensal que, em média, for atribuída ao cargo de Diretor, devida, exclusivamente, ao membro em exercício. A remuneração mensal obedecerá as seguintes diretrizes:

- na hipótese de o Diretor ser originário de outro órgão ou empresa integrante da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo Federal, Estadual ou Municipal, poderá o BANESTES ressarcir as despesas com sua remuneração, acrescidas dos encargos sociais. Neste caso, ser-lhe-á, ainda, garantido o pagamento, diretamente pelo BANESTES, da diferença apurada entre o valor da verba de remuneração fixada para os demais Diretores e a sua remuneração do órgão/empresa de origem;
- ao Diretor não-empregado será concedido Auxílio Refeição e Auxílio Cesta Alimentação, nos mesmos moldes e valores concedidos aos Diretores empregados do BANESTES, que atualmente correspondem, respectivamente, a 22 (vinte e dois) tíquetes de Auxílio Refeição de R\$ 18,15 (dezoito reais e quinze centavos), mais Auxílio Cesta Alimentação de R\$ 311,08 (trezentos e onze reais e oito centavos), mensalmente, totalizando R\$ 710,38 (setecentos e dez reais e trinta e oito centavos);
- a média da remuneração, base de cálculo da remuneração do membro do Conselho de Administração do Conselho Fiscal, será apurada mediante o cálculo de treze vezes o valor da remuneração mensal, atribuída ao Diretor, dividida por doze;
- nas ausências temporárias de um membro efetivo do Conselho Fiscal, quando o membro suplente for convocado, terá direito ao pagamento da remuneração que seria paga ao Conselheiro ausente naquele mês. Caso haja mais de uma reunião no mês, com participação do efetivo e do suplente, o valor correspondente a remuneração mensal será rateado entre os dois, proporcionalmente ao número de reuniões que cada um tenha efetivamente comparecido;
- assegurar aos dirigentes (Diretor Presidente e demais Diretores) o pagamento de uma gratificação natalina, correspondendo a 1/12 da remuneração percebida mensalmente, nas mesmas épocas que o Diretor empregado; e.1) frações inferiores a 15 dias serão desprezadas e superiores serão tratadas como mês completo; e.2) ocorrendo a exoneração do dirigente, no decorrer do ano civil, ser-lhe-á paga a gratificação natalina proporcional;

Notas Explicativas

- os Diretores terão direito, ainda, a um descanso remunerado de até 30 dias por ano, sendo vedada, expressamente, a sua conversão em espécie, devendo essa ausência ser aprovada pela Diretoria deste Banco, com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência; 1.1) por ocasião do descanso remunerado, será pago ao dirigente o equivalente a 1/3 do valor da remuneração, a título de abono férias;
- a remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal será reajustada na mesma época e nos mesmos índices que forem reajustados os salários dos empregados do Banco;
- os Diretores terão direito, na forma da legislação vigente, ao recolhimento mensal do FGTS;
- os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria somente farão jus a percepção de remuneração a partir da data de suas respectivas posses. Aprovou-se, ainda, (i) que a participação dos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria do BANESTES S.A. nos lucros da Companhia seja a mesma fixada pelo Conselho de Administração deste Banco aos empregados do BANESTES S.A; (ii) que a remuneração mensal dos membros da Diretoria da BANESTES Seguros S.A. e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. seja equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor da remuneração mensal paga a Diretor do BANESTES S.A., a exceção da remuneração mensal do Diretor Presidente da BANESTES Seguros S.A., que será equivalente a 90% do valor da remuneração mensal paga a Diretor do BANESTES S.A., não sendo devida remuneração ao Diretor que exercer função semelhante no BANESTES S.A.; (iii) que as diretrizes ora aprovadas sejam estendidas aos Administradores das empresas BANESTES Seguros S.A. e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Para a controlada BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda, a remuneração dos Administradores é definida no contrato social, parágrafo segundo, como descrito abaixo:

“Parágrafo Segundo: Ao Diretor Presidente da Sociedade será atribuída a remuneração mensal equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor da remuneração mensal paga a Diretor do acionista controlador do quotista majoritário, não sendo devida remuneração ao Diretor Presidente que exercer função de Diretor no Sistema Financeiro Banestes.”

Os honorários do Conselho de Administração e da Diretoria do BANESTES Múltiplo e BANESTES Consolidado correspondem:

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
1º trimestre.....	363	406	634	653
2º trimestre.....	504	413	837	795
1º semestre.....	867	819	1.471	1.448

f. Outras Receitas Operacionais

Discriminação	Semestres findos em 30 de junho			
	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Recuperação de Encargos Despesas.....	2.280	2.253	3.819	3.183
Reversão de Provisões – Cont. Cível.....	1	21	1	21
Reversão de Provisões – Outras.....	2.429	9.138	2.431	9.151
Atualização Monetária de Dep. Judiciais.....	5.195	4.375	5.607	4.671
Rem. s/ Prov. p/ Pgto. Benef. INSS.....	1.708	1.336	1.708	1.336
Outras Rendas Oper. – JSCP e Dividendos – Invest. Aval.p/Custo....	1.020	835	1.069	844
Variações Monetárias Ativas.....	24	18	160	146
Variações Cambiais Ativas.....	91	109	91	109
Prêmios Ganhos.....	-	-	58.552	57.020
Receitas Financeiras c/ Operações de Seguros.....	-	-	470	584
Outras Rendas Operacionais.....	1.385	1.394	2.252	3.607
Total.....	14.133	19.479	76.160	80.672

Notas Explicativas

**g. Outras Despesas Operacionais**

Discriminação	Semestres findos em 30 de junho			
	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contingências Trabalhistas.....	-	-	-	3
Contingências Cíveis.....	1.528	2.015	1.536	2.074
Contingências Fiscais.....	1.364	837	1.364	870
Contingências - Outras.....	4	265	4	265
Operações de Crédito - Desc. Concedidos.....	27.651	15.107	27.651	15.107
Remuneração Arrecadação - Benef. INSS.....	2.114	1.666	2.114	1.666
Variações Monetárias Passivas.....	332	148	355	167
Variações Cambiais Passivas.....	39	37	39	37
Encargos Sociais - INSS - Processos Trabalhistas.....	1.581	857	1.581	857
Sinistros Retidos.....	-	-	39.308	36.329
Despesa de Comercialização.....	-	-	4.934	4.984
Despesas de Cobrança - Seguros.....	-	-	1.079	1.084
Despesas Financeiras - Operações de Seguros.....	-	-	1.326	993
Juros sobre o Capital Próprio.....	23.574	19.814	23.574	19.817
Banco 24h – Tecnologia Bancária.....	1.335	1.006	1.335	1.006
Tarifas Diversas.....	381	313	381	313
Despesas Operacionais com Cartão de Crédito.....	1.409	1.122	1.409	1.122
Outras Despesas Operacionais.....	558	203	4.384	3.142
Total.....	61.870	43.390	112.374	89.836

h. Resultado Não Operacional - O resultado não operacional está composto por:

Discriminação	Semestres findos em 30 de junho			
	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas Não Operacionais.....	984	2.254	1.687	2.287
Lucros na Alienação de Valores e Bens.....	310	476	1.025	520
Ganhos de Capital	166	1.106	166	1.106
Rendas de Aluguéis.....	100	44	88	33
Reversão de Provisões não Operac.- Desv. de outros val. e bens.....	-	3	-	3
Reversão de Provisões não Operac.- Outras	79	223	79	223
Outras Rendas não Operac. - Dev. p/ Compra de Val. e Bens- Outras.	315	356	315	356
Outras Rendas não Operac. - Outras.....	14	46	14	46
Despesas Não Operacionais.....	(1.602)	(3.833)	(1.900)	(3.877)
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(27)	(75)	(325)	(118)
Perdas de Capital.....	(851)	(3.487)	(851)	(3.487)
Despesas de Provisões não Operac.- Desv. de Outros Val. e Bens.....	(640)	(12)	(640)	(12)
Despesas de Provisões não Operac.- Outras	(66)	(236)	(66)	(236)
Outras Despesas não Operacionais.....	(18)	(23)	(18)	(24)
Resultado Não Operacional.....	(618)	(1.579)	(213)	(1.590)

Notas Explicativas

i. Administração de Fundos de Investimentos - O Banco é o responsável pela administração dos fundos de investimentos, cujos patrimônios líquidos são os seguintes:

Fundos	30/06/2011	31/12/2010
Fundo BANESTES Giro Fix - Bonificado - Renda fixa de longo prazo.....	22.285	21.757
Fundo BANESTES Institucional - Renda fixa.....	120.840	123.787
Fundo BANESTES <i>Invest Money</i> - Renda fixa.....	4.348	4.025
Fundo BANESTES <i>Invest Public</i> - Renda fixa.....	590.485	427.465
Fundo BANESTES Investidor - Curto prazo.....	219.073	217.862
Fundo BANESTES Previdenciário - Renda fixa.....	53.228	43.905
Fundo BANESTES Reserva Capitalização - Renda fixa.....	26.711	26.215
Fundo BANESTES VIP - DI - Referenciado de longo prazo.....	342.057	290.117
Fundo VGBL - Renda fixa.....	1.693	47
Total.....	1.380.720	1.155.180

A BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é responsável pela administração de fundos de ações e clube de investimento, cujos patrimônios líquidos são os seguintes:

Fundo / Clube	30/06/2011	31/12/2010
Fundos de ações.....	3.936	4.240
Clube de investimento Marlin Azul.....	1.340	1.596
Total.....	5.276	5.836

j. Política de Desligamento - Diante da necessidade permanente de renovação do quadro de empregados da Instituição, foi instituído pelo Colegiado da Diretoria e homologado pelo Conselho de Administração, por meio da Resolução n.º 696 de 26/03/2008 (normativo interno), política de desligamento aos empregados do Sistema Financeiro BANESTES, que adquiriram a condição de aposentados ou de elegibilidade ao benefício da aposentadoria proporcional ou integral pela Previdência Social.

Serão assegurados aos empregados:

O pagamento das verbas rescisórias previstas na legislação trabalhista, devida nos casos de rescisão “Sem Justa Causa” sendo: aviso prévio indenizado, saldo de salários, 13º salário proporcional, 1/12 de 13º sobre aviso prévio, férias vencidas, férias proporcionais, 1/12 de férias sobre aviso prévio, 1/3 constitucional sobre parcelas relativas a férias, multa de 40% sobre o montante depositado de FGTS.

k. Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) - O processo de convergência as normas internacionais de contabilidade (IFRS) para as instituições financeiras, tem como norteadores a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.786, de 24 de novembro de 2009 e a Circular do Banco Central do Brasil n.º 3.472, de 23 de outubro de 2009.

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria devem a partir de 31 de dezembro de 2010, e num prazo de 90 dias, elaborar e divulgar anualmente suas Demonstrações Financeiras Consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com as normas emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e adotados pelo BANESTES são: Resolução n.º 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de Ativos – CPC 01; Resolução n.º 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa – CPC 03; Resolução n.º 3.750/2009 - Divulgação sobre Partes Relacionadas – CPC 05, e Resolução n.º 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – CPC 25. Resolução n.º 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações - CPC n.º 10, com entrada em vigor a partir de 01.01.2012; Resolução n.º 3.973/2011 - Evento Subsequente - CPC n.º 24.

Os demais pronunciamentos contábeis do CPC ainda não foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional, portanto, ainda não temos como prever se a utilização desses pronunciamentos será de forma prospectiva ou retrospectiva, consequentemente não sendo possível estimar os impactos nas Demonstrações Financeiras Individuais do BANESTES.

Notas Explicativas

Assim, o BANESTES, disponibilizou no site www.banestes.com.br/ri e também no site da CVM www.cvm.gov.br, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da data-base de 31 de dezembro de 2010 e 2009, elaboradas de acordo com as IFRS, conforme determina a Resolução n.º 3.786, do Conselho Monetário Nacional.

I. Autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras - A diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras em 05 de agosto de 2011, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício César Duque (Presidente)
Bruno Pessanha Negrís
Estanislau Kostka Stein
Haroldo Corrêa Rocha
José Eduardo Faria de Azevedo
Jovenal Gera
Jussara Gonçalves Vieira
Vitor Márcio Nunes Feitosa
Wellinton Tesch Sabaini

DIRETORIA

Bruno Pessanha Negrís (Presidente)
Anderson Ferrari Júnior
Bruno Curty Vivas
José Antônio Bof Buffon
Mônica Campos Torres
Pedro Paulo Braga Bolzani
Ranieri Feres Doellinger

CONSELHO FISCAL

Gustavo Assis Guerra
Paulo César Brusqui de Almeida
Ronaldo Soares Vieira

COMITÊ DE AUDITORIA

Getúlio Tedesco
José Rouberto Bernardo
Milton Vieira Ribeiro

CONTADOR

Anselmo Custódio Lamas Lopes
CRC-ES 8.896/O-1

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Administradores e Acionistas do

Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo

Vitória - ES

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos**Informações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), elaborada de forma individual e consolidada, referentes ao trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades proissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes auditou e revisou as demonstrações financeiras e as informações contábeis intermediárias do exercício e do período findos em 31 de dezembro de 2010 e 30 de junho de 2010, respectivamente, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatórios datados em 04 de fevereiro de 2011 e 6 de agosto de 2010, respectivamente, que não contiveram modificação.

Belo Horizonte, 05 de agosto de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)
CRC 2SP013439/O-5 “S” ES

Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Contador CRC-1MG 027739/O-3 “S” ES

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Declaramos ter examinado o Relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30.06.2011, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Revisão da KPMG Auditores Associados.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 11 de agosto de 2011

Gustavo Assis Guerra
Conselheiro Efetivo

Luiz Carlos Menegatti Ronaldo Soares Vieira
Conselheiro Efetivo Conselho Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que:

Revisamos as Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2011 do Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 10 de agosto de 2011

Bruno Pessanha Negris
Diretor Presidente

Ranieri Feres Doellinger
Diretor de Relações com Investidores

Diretores

Bruno Curty Vivas

Anderson Ferrari Junior

Jose Antonio Bof Buffon

Mônica Campos Torres

Ronaldo Hoffmann

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que:

Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Associados, não havendo qualquer discordância.

Vitória (ES), 10 de agosto de 2011

Bruno Pessanha Negris
Diretor Presidente

Ranieri Feres Doellinger
Diretor de Relações com Investidores

Diretores

Bruno Curty Vivas

Anderson Ferrari Junior

Jose Antonio Bof Buffon

Mônica Campos Torres

Ronaldo Hoffmann